

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

URBANO-RURAL-AMBIENTAL - 2000/2010

2019 - 2029

Adm. MARTINHO MENDES DA SILVA



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - FASE DE DIAGNÓSTICO

Complementar às informações da 1ª Audiência Pública
07 de novembro de 2019

CONTRIBUIÇÕES APONTADAS PELO GT-1 + GT3 (17-10-19)

- 1- Observação quanto à relação dos assentamentos rurais X segurança pública;
- 2- Ver possibilidade do Rio São Bartolomeu ser utilizado como manancial de abastecimento da cidade;
- 3- Obter relação das outorgas de poços profundos: (nº de solicitações, liberações e notificações);
- 4- Número de ligações de água. (SANEAGO);
- 5- Número de ligações de energia urbana e rural (ENEL);
- 6- Número de Alvarás de Construção;
- 7- Citar novos modelos de expansão urbana;
- 8- Citar sobre iniciativas históricas de produção de flores, frutas, etc. e apresentar seus resultados;
- 9- Solicitação para que se refaçam os estudos de medição do volume de água dos mananciais do entorno da sede do município realizados pela SANEAGO – “plano estratégico 2013-2043.”;
- 10- Fazer levantamento onde se faz reuso da água na cidade e saber qual seu volume e percentual em função ao uso total de água;
- 11- Levantar a rede pluvial existente e qual o volume de água de escoamento;
- 12- Identificar qual a capacidade do lixão em continuar recebendo efluentes dos esgotos da cidade;
- 13- Identificar localização de novas áreas de plantio de soja próximo à GO-238;
- 14- Remover da apresentação a denominação “Ecovila” referente à comunidade próxima a São Jorge;
- 15- Levantar todas as ocupações irregulares existentes no município;
- 16- Identificar qual a melhor localização para instalação de poços profundos para abastecer partes mais elevadas do Setor Novo Horizonte;
- 17- Informar qual a situação jurídica do aeroporto de Alto Paraíso de Goiás.

ÁGUA

- 1- Estabelecer a água como prioridade nº 1 no diagnóstico e planejamento quanto a sua disponibilidade e como manejá-la;
- 2- (PROPOSTA) 1º passo, elaborar o balanço hídrico do município;
- 3- Citar no diagnóstico que o município não tem nenhum controle sobre o uso da água no setor agropecuário;
- 4- Mapear toda microbacia do Rio São Bartolomeu e seus afluentes na região do perímetro urbano;
- 5- Observar a presença de dois canais de desvios do Ribeirão Pontezinha a baixo dos pontos de captação de abastecimento da cidade;
- 6- Citar que na barragem de Moinho (recém ampliada) ainda falta proteção e sinalização;
- 7- Observar que o Rio São Miguel sofre significativa baixa de seu nível no período de seca;
- 8- Grafar em mapa de rede de distribuição de água, parte do loteamento Eldorado;

Proposta Síntese:

Área de contribuição do manancial de abastecimento do Pontezinha, a porção superior do Rio São Bartolomeu e da área de influência do barramento de água no Povoado de Moinho, já possuem situações de ocupações à montante de suas áreas de influência.

LIXO

- 1- Citar que a Reciclealto já coleta 15% dos materiais recicláveis do município, chegando a 6,52% dos resíduos produzidos;
- 2- Citar que está em andamento parceria entre prefeitura e IBC para processamento de podas e galhadas;
- 3- Citar que a empresa Reciclealto está lançando Programa Reciclealto” com criação de moeda social;
- 4- Citar que apesar da aprovação do PMSB, o município precisa elaborar o PGIRS – Plano Gestor Integrada de Resíduos Sólidos;
- 5- (Proposta) Citar que o lixão precisa ser adequado com urgência;
- 6- Citar que recentemente a prefeitura de Alto Paraíso de Goiás reuniu com 5 prefeitos de municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e Ambiental da BR-020 para sua possível incorporação;

Proposta Síntese:

Segundo estudos realizados em agosto de 2012, chegou-se a conclusão que o município não possui local para relocação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos, cabendo ações imediatas de trabalhos de uso sustentável e práticas de reuso, reciclagem e compostagem na busca de reduzir 80% do lixo.

ESGOTO

- 1- Citar a necessidade de encontrar proposta de sistema adequado para tratamento de efluentes de chiqueiros e demais produtos agropecuário que possam carrear para os mananciais do município;

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- 1- (PROPOSTA) Inserir na grade curricular do sistema municipal de educação programa de educação Ambiental e nos planejamentos, a adaptação as mudanças climáticas.
- 2- (PROPOSTA) Propor o alinhamento e integração de políticas, via revisão do Plano Diretor, com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – Lei 12.608/2012 – inserindo o município no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.
- 3- (PROPOSTA) Reforçar o comprometimento do município com a agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU em especial os de número:
 - ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
 - ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*).

PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS

- 1- Citar a preocupação quanto aos constantes acidentes de incêndio na Chapada dos Veadeiros como nos anos de 2017 e recentemente em 2019;

PARQUES MUNICIPAIS – (Situação)

- 1- Parque Municipal José Lopes de Araújo (Parque Municipal de São Jorge) – Existe sobreposição com áreas já consolidadas;
- 2- Parque Municipal Abílio Herculano Szervinskys (Cabeceira do Pontezinha) – Não existe informações na legislação sobre seus limites e nem registro da área em Cartório de Registro;
- 3- Parque Municipal de Múltiplo Uso (Parque Municipal da Barragem) – Potencial turístico de contemplação e registro histórico do município;
- 4- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE da Cabeceira de Córrego Manhana) – Necessidade de readequação de seu perímetro.

Proposta Síntese:

Que os três parques Naturais Municipais sejam cadastrados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, adequando-os à lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e que sejam redimensionados os parques de São Jorge e a ARIE de Moinho, assim como a consolidação do Parque Mun. Abílio Herculano Szervinskys

ECOTURISMO

- 1- Observar que o expressivo crescimento do volume de turistas no município nos últimos anos não tem interferido na arrecadação de impostos da prefeitura assim como essa movimentação financeira não tem refletido na melhoria de distribuição de renda da população.

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - PSA

- 1- Citar no diagnóstico que a Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura Sustentável –SMAAS, a SEMAD e a ANA, estão desenvolvendo parceria, de um projeto de recuperação de áreas degradadas em APP's das nascentes e margens dos rios da região do Assentamento Silvio Rodrigues.

NORTEADORES: SANEAMENTO BÁSICO

Desde a 1ª. Oficina Comunitária (05-04-2019), a temática água tem sido uma preocupação recorrente.

Refletindo, definimos a questão sanitária como a prioridade nº1, elencados na seguinte ordem:

1A – **ÁGUA** - Assegurar aos munícipes a disponibilidade de água potável garantindo:

- Qualidade e volume suficiente para atender a demanda atual e futura da população;
- Proteção de seus mananciais de abastecimento e suas respectivas bacias de captação;
- Prover gestão integral de todos os mananciais do município para obtenção de seu controle, sua proteção e o uso sustentável de seus recursos hidrográficos. (SEMAAS/SEMAD/ANA)

1B – **ESGOTO** – Assegurar a implantação e gerenciamento do sistema de tratamento de esgoto coletivo alternativo, sustentável e de menor impacto ambiental possível:

- Garantir o não lançamento de seus efluentes mesmo que processados nos mananciais, principalmente nas microbacias do Rio São Bartolomeu, São Miguel e Preguiça.
- Garantir a implantação do sistemas de “Jardins Filtrantes” onde couber e fomentar a construção de fossas alternativas como biodigestores, bacias de evaporação ou emprego de sistemas de fossas com emprego de bananeiras na zona rural. Também o tratamento adequado dos efluentes rurais como os de chiqueiros, aviários e rejeitos agropecuários.

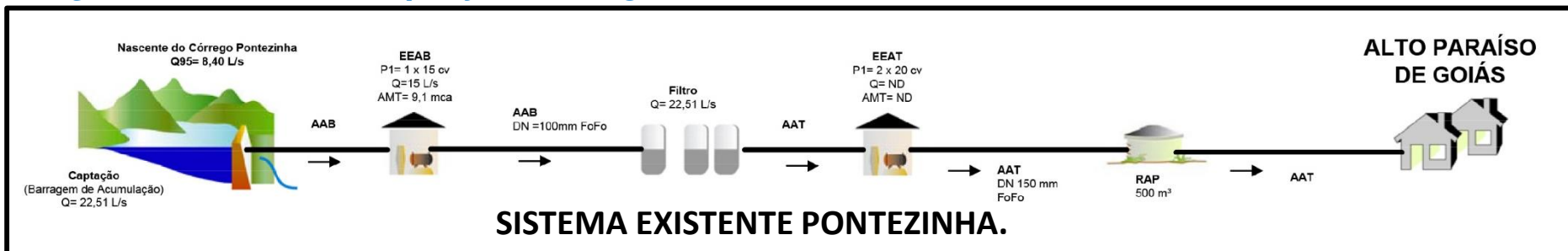
1C – **LIXO** – Assegurar gestão eficiente dos resíduos sólidos, com:

- Elaboração do Plano Municipal Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGIRS;
- Implementar o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos;
- Aprimorar e ampliar o processo de coleta seletiva em todo o município; (RECICLEALTO)
- Aprimorar convênio para o aproveitamento e processamento de galhadas. (IBC)

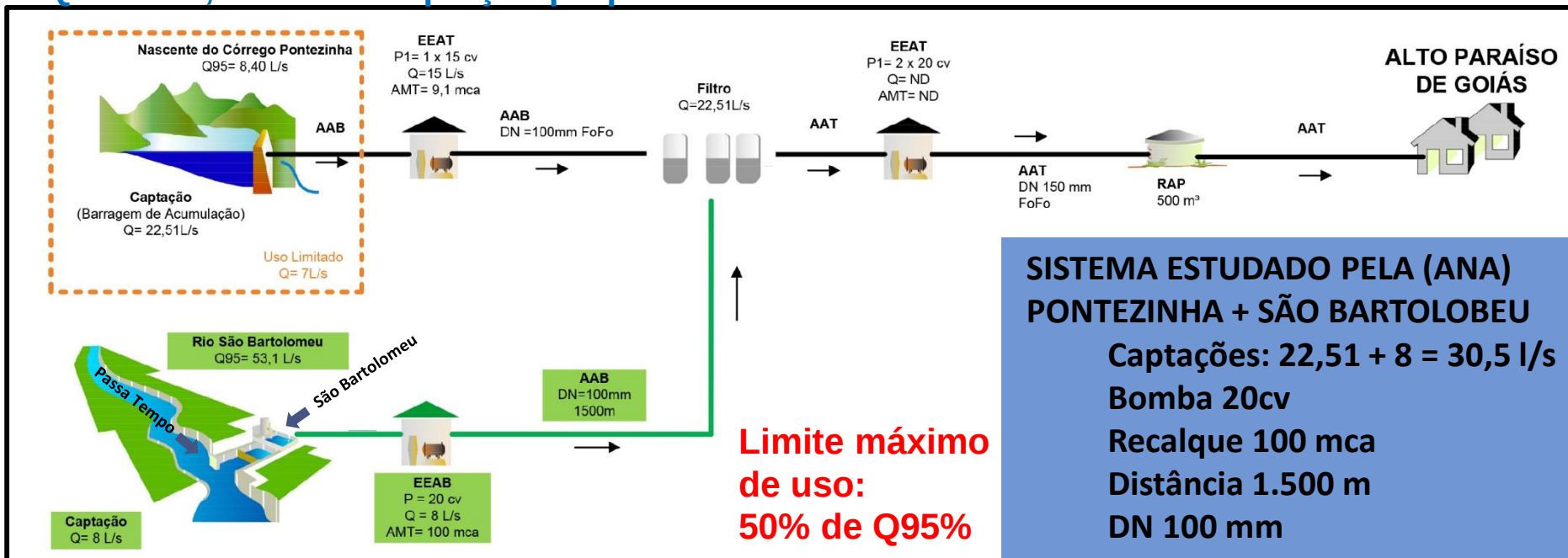
Estudos de vazão do Rio São Bartolomeu

Realizado pela ANA – Agência Nacional de Águas (2010)

Q95%=26,5 l/s Captação barragem: 22,5 l/s



Q95%=53,1 l/s Captação proposta: 8 l/s



MICROBACIA DO RIO SÃO BARTOLOMEU



PLANO DE MANEJO DA APA DE POSO ALTO

Regramentos Gerais:

“A vegetação marginal do Rio dos Couros, Rio das Pedras, Rio Tocantzinho, Rio das Almas, **Rio São Bartolomeu**, Rio Macacão, Rio Preto e Rio Claro serão consideradas APPs com extensão de 100 metros a contar do leito permanente dos cursos d’água, exceto áreas com uso consolidado até a data de 22 de julho de 2008 (Decreto 6.514);”

Fonte – Imagem Google Earth, Contribuição Surya Mendes.
Adaptação Equipe ARISMAR

Estudos de vazões realizados pela SANEAGO (2013-2035)

Em 2013, a empresa **ARCADIS**/logos realizou diagnóstico do sistema de abastecimento existente, apontar intervenções físicas que possibilitasse melhor eficiência ao funcionamento da ETA, assim como realizaram estudos de capacidade hídricas de vários mananciais da região no intuito de ampliar a capacidade de fornecimento de água ao município de Alto Paraíso de Goiás levando-se em consideração a estimativa de crescimento populacional até o ano de 2035.

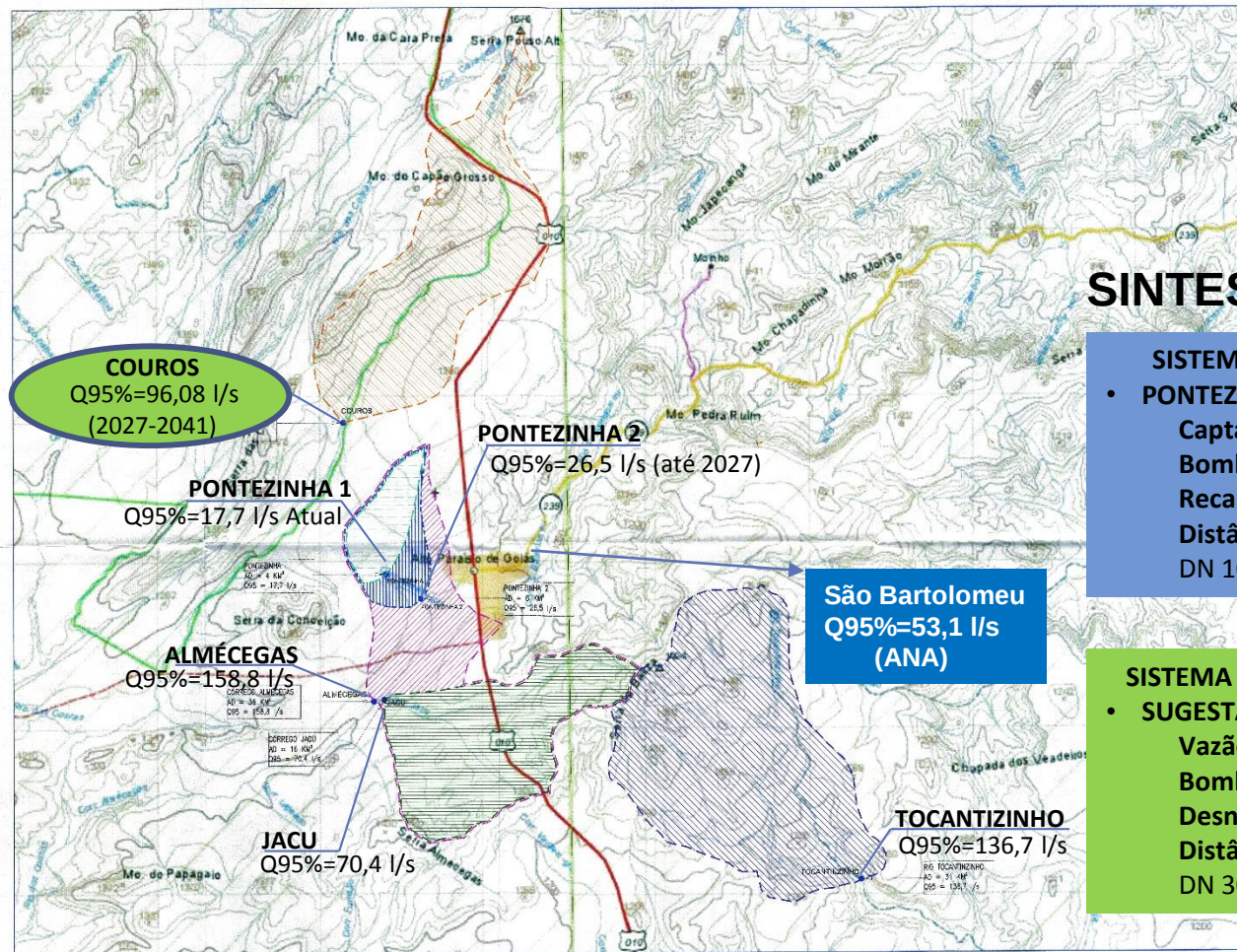
A pré-seleção de alternativas foi levado em consideração na época:

1. Isenção de contaminação da água por despejos poluidores;
2. Compatibilidade com a configuração do sistema existente;
3. Distância entre o local de uma nova captação e o local da ETA;
4. Desnível entre a nova captação e a ETA existente.

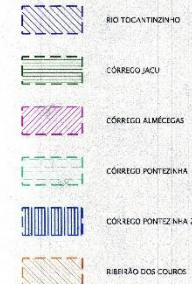
Foram estudadas as seguintes opções:

- A. Pontezinha 1** (ponto de captação atual);– vazão verificada de 17,7 l/s
- B. Pontezinha 2** l/s (ponto abaixo da captação atual) - vazão verificada de 26,5
- C. Córrego Almécegas** (ponto abaixo do desague do córrego Jacu) - vazão verificada de 158,8 l/s sujeito a agentes poluidores.
- D. Córrego Jacu** (ponto de encontro ao Almécegas) - vazão verificada de 70,4 l/s sujeito a agentes poluidores.
- E. Rio Tocantzinho** - vazão verificada de 136,7 l/s - distante, sem acesso e alto custo para implantação).
- F. Rio dos Couros** (saída da área do PNCV) – vazão verificada de 96,08 l/s – Por gravidade.

ESTUDOS DE CONCEPÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ETA ALTO PARAÍSO DE GOIÁS (2013-2035)



LEGENDA



SINTESE:

SISTEMA ESTUDADO (ANA)

- **PONTEZINHA + SÃO BARTOLOBEU**
Captações: 22,51 + 8 = 30,5 l/s
Bomba 20cv
Recalque 100 mca
Distância 1.500 m
DN 100 mm

X

SISTEMA ESTUDADO (SANEAGO)

- **SUGESTÃO: RIO DOS COUROS**
Vazão: 96,08 l/s
Bomba (Não) Por Gravidade
Desnível -24 mca
Distância 9.700 m
DN 300/200 mm

Nº	DATA	HISTÓRICO	AUTORIA	APROVAÇÃO	DOCUMENTO	NOTAS	ARCADIS logos	SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.
1	17/10	EMISSÃO FINAL					REVISÃO: 01 JOSE CARLOS DE SOUZA E C. VILHENA - CREA - 123046-0-SP WILSON BELLONI NUNES - CREA - 123046-0-SP LUIZ CARLOS GILBERTO - CREA - 123046-0-SP FABIO NEVES - CREA - 123046-0-SP	PROJETO: 01 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SISTEMA PLANEADO 1/1/12 ESTUDO HIDROLÓGICO BARRAGENS E BARRAGENS DE IRRIGAÇÃO PLANILHA 1/1/12 CORREÇÃO DE PLANILHA SANEAMENTO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - CREA - 123046-0-SP



SITUAÇÃO DA BARRAGEM DE ABASTECIMENTO – ALTO PARAÍSO DE GOIÁS (ESTIAGEM SEVERA EM JULHO DE 2016)

Fonte: COMDEMA



BARRAGEM DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS EM JULHO DE 2016

Fonte: COMDEMA

28/10/2019



BARRAGEM DE ABASTECIMENTO – ALTO PARAÍSO DE GOIÁS – AGOSTO 2019.

Foto: Equipe ARISMAR

28/10/2019

ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO PLUVIAL A MONTANTE DOS PONTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA

ÁREA DE RECARGA SUPERFICIAL

ESTÁGIO 1

BARRAGEM DE CAPTAÇÃO

ÁREA DE RECARGA
SUPERFICIAL

ESTÁGIO 2

CAPTAÇÃO AUXILIAR

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Conforme levantamento de dados coletados junto à SANEAGO, a região da sede do município tem uma cobertura de atendimento por água potável considerada satisfatória de (97%), não sendo atendidos os novos loteamentos em implantação como:

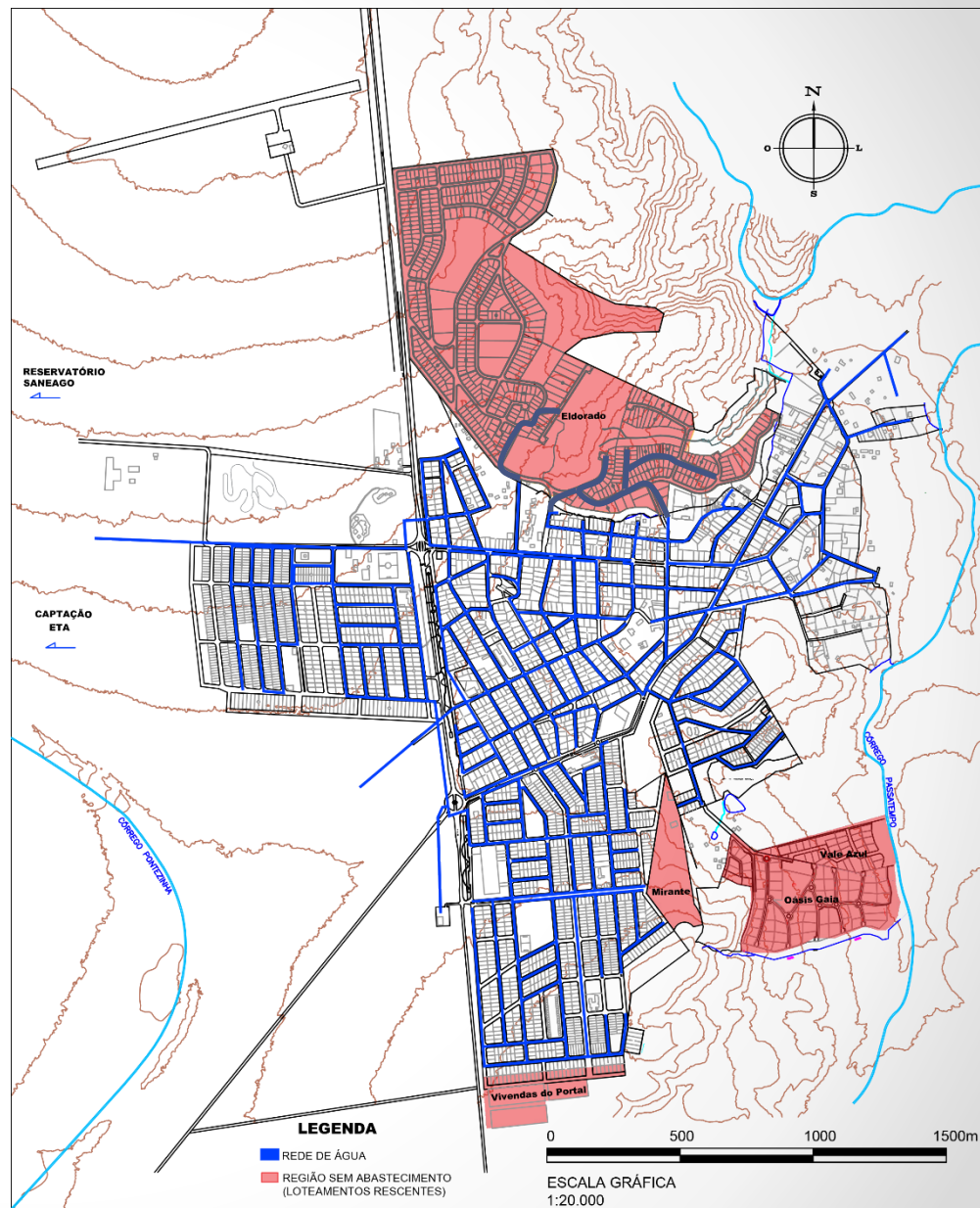
- Eldorado (parcialmente – 63 lotes) e
- Condomínio Vale Verde.

Os loteamentos Vivendas Portal, Mirante e o Condomínios Oasis Gaia não são atendidos pois ainda não foram registro em cartório.

Obs. Parte do Eldorado possui cota de altitude superior ao do reservatório da SANEAGO, cabendo medidas mitigatórias apontadas em AVTO de aprovação do loteamento.

O sistema de distribuição da cidade apresenta problemas de alta perda de água, com média anual de 36%. Além disso apresenta alta pressão (mca) nas tubulações principalmente nas regiões mais baixas da cidade que chegam a mais de 100 mca. Sendo que a pressão máxima admitida pela ABNT é de 40mca. Isso tecnicamente pode provocar rompimentos de tubos e conexões.

Em São Jorge, o sistema também é de responsabilidade da SANEAGO registrando uma perda em torno de 19%.



SISTEMA DE CAPTAÇÃO DO DISTRITO DE SÃO JORGE

Segundo relato de membros do GT, o Rio São Miguel sofre sensíveis baixas de volume de água nos períodos de seca.

Medições realizadas pela SANEAGO em outubro de 2019, apontaram boa disponibilidade de água do **Rio São Miguel no Distrito de São Jorge** que registrou uma vazão $Q_{95\%}=114 \text{ l/s}$.

Outro fator relevante é que ainda nesse mês a SANEAGO autorizou a imediata construção de um reservatório de 500 mil litros a ser instalado no aglomerado que se forma fora do perímetro de São Jorge.



Foto: Raul – SANEAGO (Outubro/2019)

A SANEAGO também autorizou de imediato a construção de um novo reservatório para a região da sede do município, aumentando sua capacidade de armazenamento de 500 mil litros para 1,5 milhões de litros d'água, um incremento de 150%.

Uma estratégia para combater as interrupções no fornecimento de água provocadas pelas constantes quedas do fornecimento de energia, principalmente nos períodos de alta temporada.

SISTEMA DE CAPTAÇÃO DO POVOADO DE MOINHO

No Povoado de Moinho a distribuição de água é realizada pela prefeitura em sistema primário com água bruta saindo direto do barramento da mina e canalizada às casas dos moradores. Por não possuir reservatório elevado, as casas que ficam em áreas mais altas apresentam escassez de abastecimento e nas casas mais baixas apresentam alta pressão nas tubulações.

A prefeitura com apoio da comunidade local ampliou o barramento de água, faltando ainda a sinalização do local e construção de sistema de proteção da área de captação.



SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – NÚCLEOS RURAIS



Foto: Colaboração de Fernando Ambrósio (Fraternidade) – outubro de 2019

Aglomerados Rurais	Sistema	Situação	Responsável	Diagnóstico
Bonsucesso	Poço	Não há problema com abastecimento de água.	Prefeitura	Todos operados por servidores contratados pela prefeitura (exceto Piçarrão e Bonsucesso), falta gestão eficaz de uso dos poços artesianos, normatização e maior envolvimento de responsabilidade das associações locais.
Piçarrão	Poço	Atende satisfatoriamente a demanda.	Prefeitura	
Comunidade da Parida - 40 Famílias	Poço	Existe possibilidade de abastecimento por gravidade.	Prefeitura	
Água Branca	Poço	Existe possibilidade de abastecimento por gravidade.	Prefeitura	
Cidade da Fraternidade	Gravidade	Atende satisfatoriamente a demanda.	OSCAL	
Assentamento Silvio Rodrigues	Poço	Não atende a demanda solicitada.	Prefeitura	
Assent. ESUSA (Dorcelina Folador)	Poço	Não atende a demanda solicitada. (*)	Prefeitura	

(*) Com a ampliação e chegada de novos assentados no Assentamento Esusa, a situação deve agravar ainda mais.

OUTORGA DOS POÇOS ARTESIANOS E MANANCIAIS DO MUNICÍPIO.

Outro ponto recorrente nas discussões com os GT's e Comunidade Civil são os indeterminados poços artesianos existentes pela cidade e que funcionam sem outorga de licença expedida pelos órgãos competentes, controle e fiscalização.

Legalmente o uso da água quer seja para o uso humano, industrial ou agrícola é de responsabilidade do Estado, cabendo a ele a regulação, o controle e a fiscalização. Porém, o Estado não possui mecanismos para fiscalizar todo território, o município também não dispõe de fiscalização. Por sua vez, os proprietários dos imóveis e as empresas de perfuração apropriam da fragilidade do sistema, não oficializando aos órgãos competentes.

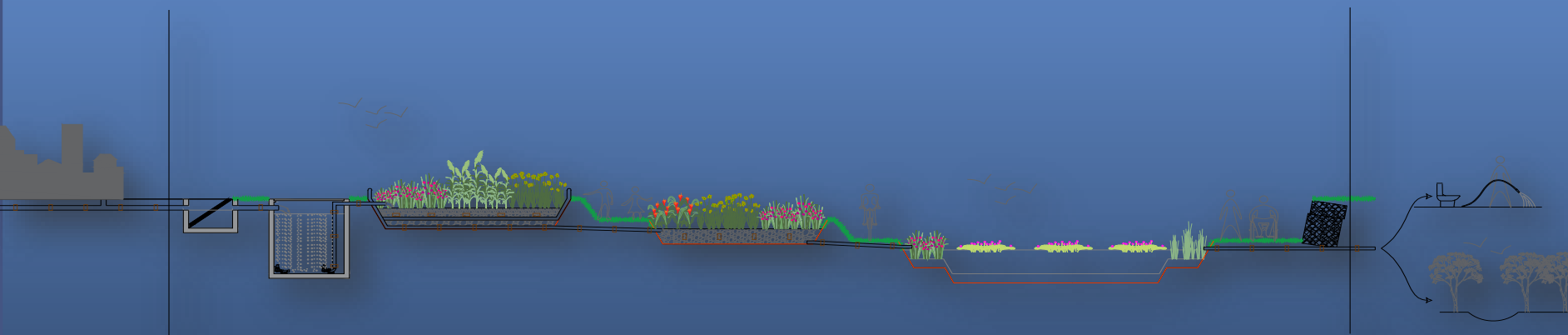
A SANEAGO diz não possuir informações de quais consumidores fazem uso complementar ou exclusivo de poços profundos.

Em ação compartilhada com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura do município, solicitamos junto à SEMAD informações dos registros de todas as solicitações de outorgas no município registrados no órgão, assim como todas as notificações e autos de infrações expedidos.

ATÉ O MOMENTO NÃO OBTIVEMOS RESPOSTAS

Jardins Filtrantes® Fluxo do Efluente

sanitário | industrial



AERAÇÃO GRADEAMENTO

- Evita produção de maus odores
- Aumento da eficiência da remoção de DQO e nitrificação..

FILTRO VERTICAL

- **Tratamento Aeróbio**
- **Redução de 85% carga orgânica e nutrientes.**
- Remoção de sólidos
- Nitrificação
- Desinfecção
- 50 cm profundidade
- **2 horas**

FILTRO HORIZONTAL

- **Tratamento Anaeróbio** (facultativo)
- **Redução de 11% carga orgânica e nutrientes.**
- Remoção de sólidos
- Desnitrificação
- Desinfecção
- 50 cm profundidade
- **6 a 8 horas**

LAGOA PLANTADA

- Polimento **de 2% remoção de carga orgânica e sólidos.**
- Desinfecção UV natural
- **Oxigenação**
- 80cm profundidade
- **2 a 5 dias**

MEIO RECEPTOR

- **Água para REUSO**
- Lançamento Rio
- Lançamento rede pública
- Infiltração no solo
- Zonas sumidoras e evapotranspiração

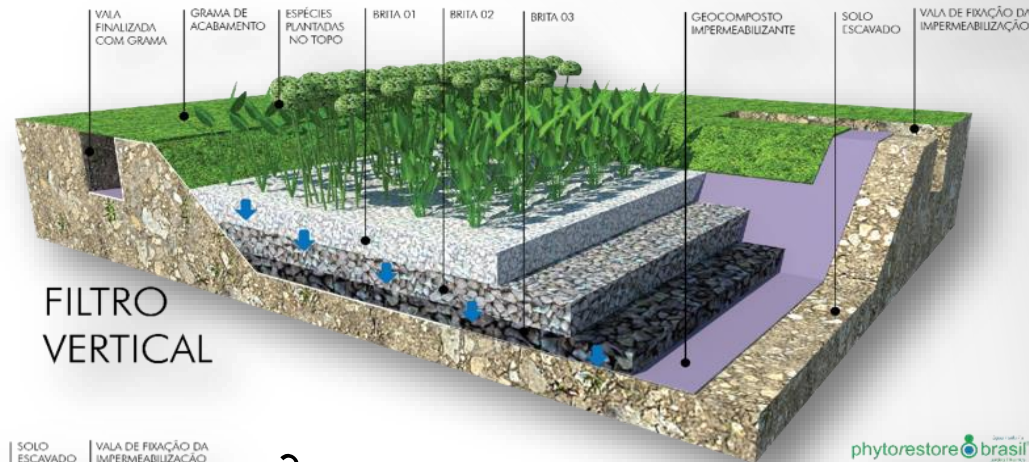
SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO (Autorizado pela SANEAGO)

Efluentes vem da cidade



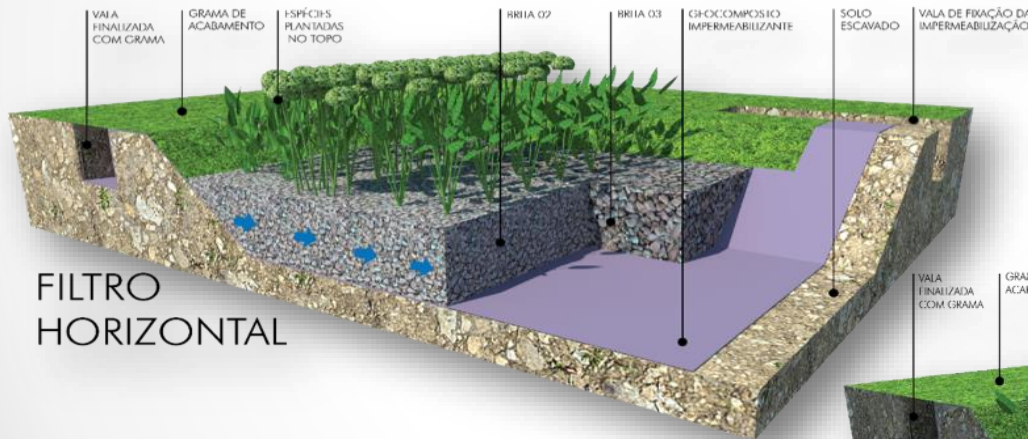
1º Estágio - Filtragem

Tratamento Aeróbio



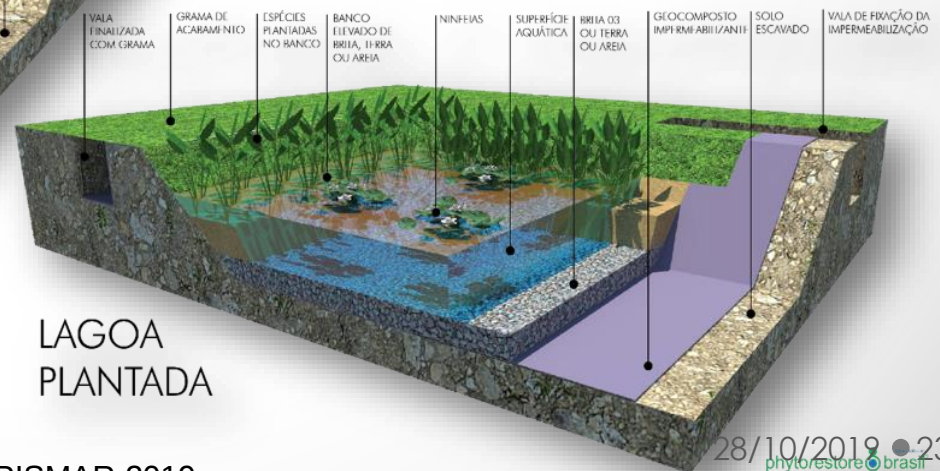
2º Estágio

Tratamento Anaeróbio



3º Estágio

Lagoa Plantada



Reuso ou Infiltração ou Lançado ao rio.

4º Estágio

LAGOA PLANTADA



- URBANO 1 (PLANALTO) = 1825 habitantes (projeção para 2033)
- URBANO 2 (NOVO HORIZONTE) = 2355 habitantes (projeção para 2033)
- URBANO 3 (CENTRO) = 4520 habitantes (projeção para 2033)
- POPULAÇÃO URBANA TOTAL ESTIMADA (ano 2033): 8700 habitantes
- VAZÃO TOTAL ESTIMADA: 1.305.000,0 L/dia (54,37m³/h)

SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – (Autorizado pela SANEAGO)

Estação de Jardins filtrantes



FONTE: Phitorestore Brasil

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ARTICULAÇÃO DE CINCO PREFEITOS DA REGIÃO DA BR 020

Alto Paraíso de Goiás vem articulando, com base em muito diálogos e estudos, formar um consórcio intermunicipal para solucionar a questão do lixo (resíduo sólido) produzido na região da Chapada dos Veadeiros.

Em setembro desse ano prefeitos, vereadores e secretários de meio ambiente dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, São João d'Aliança, Colinas do Sul, Teresina de Goiás e Cavalcante se reuniram com representante do consórcio intermunicipal dos municípios da região da BR 020, presidido pela prefeita de Buritinópolis, para conhecer os caminhos que estão sendo usados por aqueles gestores na busca da coleta e tratamento dos resíduos sólidos em suas cidades.



FONTE: Jornal Vetor – 10 de setembro de 2019

A empresa Reciclealto, com apoio da prefeitura e moradores da cidade já colhe aproximadamente 15% do material reciclável produzido no município o que corresponde a 6,25% das 10 toneladas de resíduos coletados diariamente.

A Reciclealto está estruturando o lançamento do “Programa Reciclealto”, que pretende criar uma moeda social denominada “RECICLEALTO” que funcionará como valor de troca no mercado local.

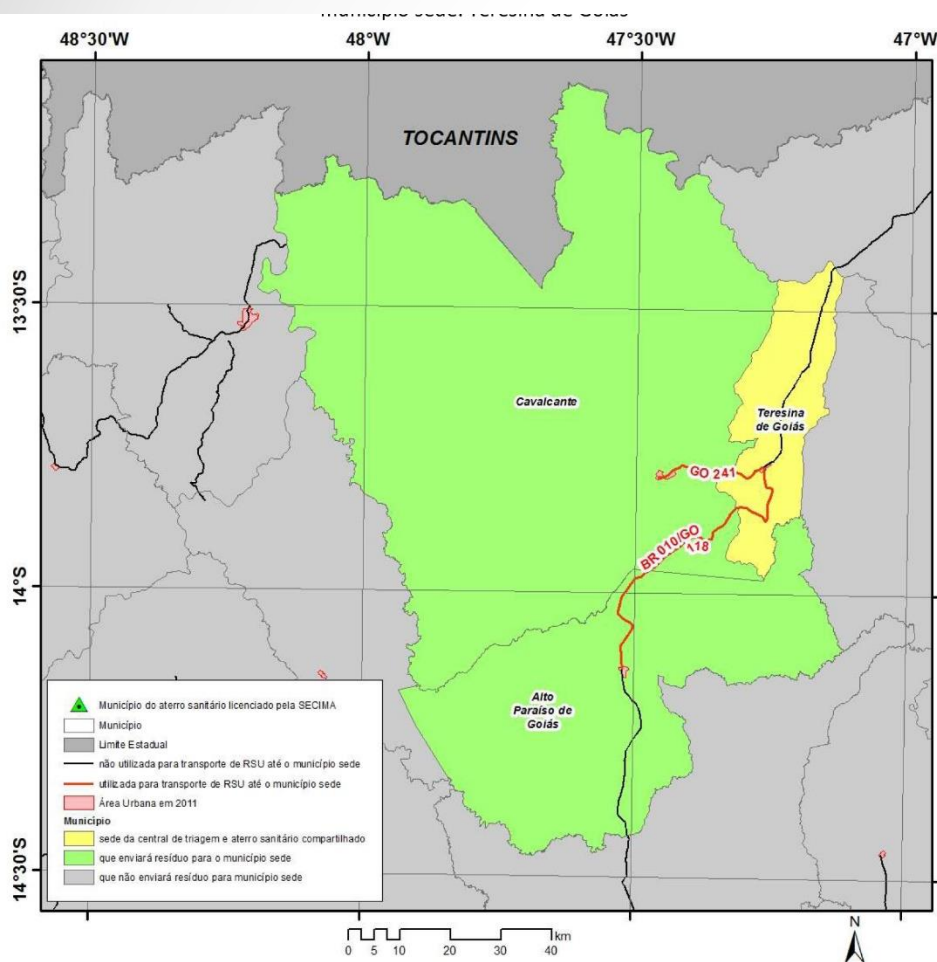
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PROPOSTA DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS - 2017)

Em 2015 a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA contratou o Núcleo de Resíduos Sólidos e Líquidos (NURSOL/UFG), para realização do Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS.

No intuito de analisar os melhores arranjos de consórcios intermunicipais de resíduos sólidos no Estado de Goiás a NURSOL analisou diversas variáveis como bacias de abastecimento, mapas de risco, áreas de proteção ambiental, infraestrutura viária, distâncias de deslocamentos e terreno mais apropriados para implantação de Centrais de Tratamento de Resíduos Sólidos.

Hoje, apesar de Alto Paraíso de Goiás estar se movimento num arranjo político com participação de prefeitos da região da BR 020, o PERS indica como mais viável o consórcio entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e Teresina de Goiás. Sendo Teresina de Goiás o local ideal para a implantação da Central.



Fonte: NURSOL/UFG, 2015.

EVOLUÇÃO DOS LOTEAMENTOS APÓS PD - 1999

LEGENDA

LOTEAMENTOS APROVADOS ATÉ 1999

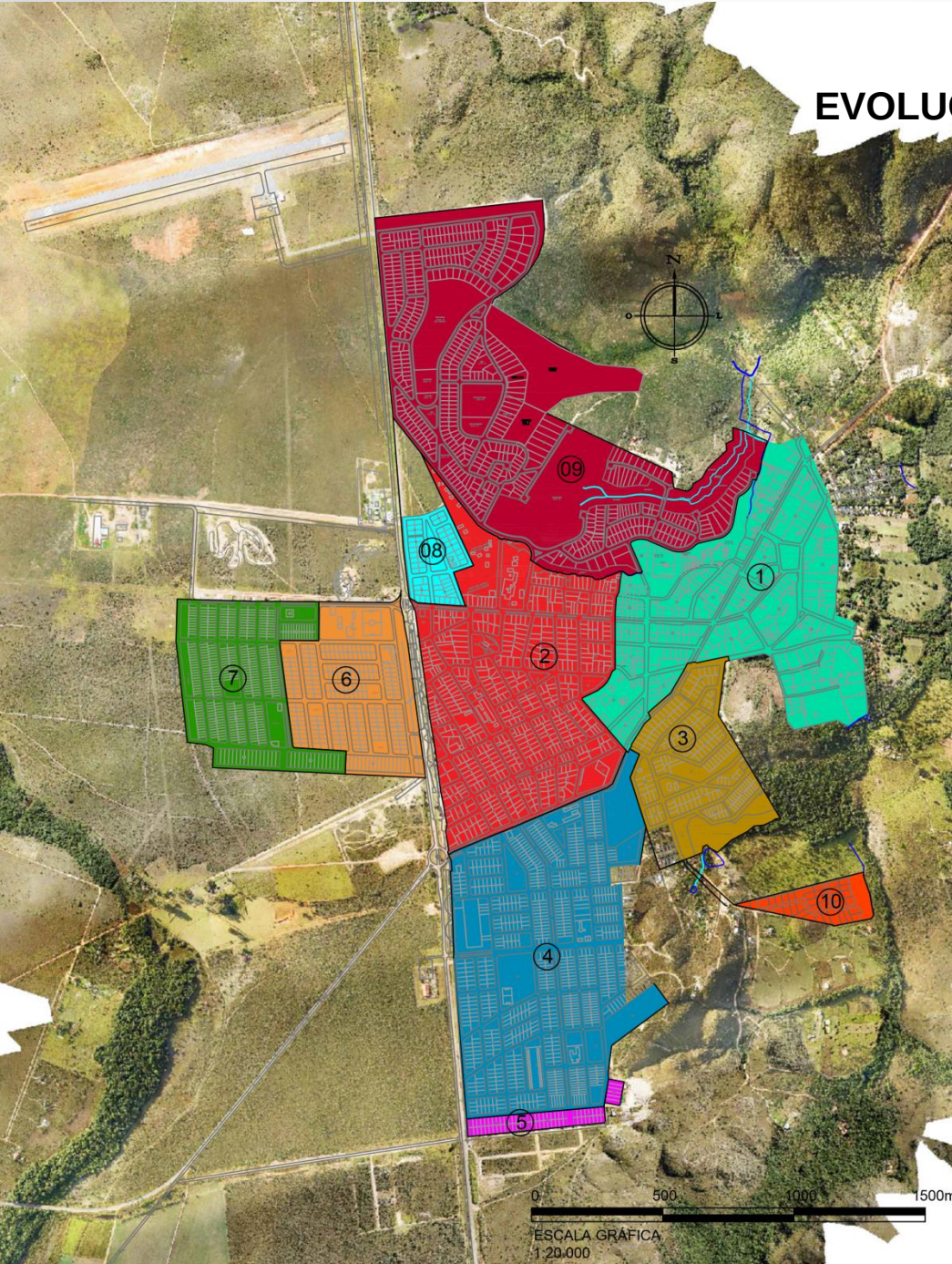
- 1 CENTRO
- 2 PARAISINHO
- 3 ESTÂNCIA PARAÍSO
- 4 SETOR NOVO HORIZONTE
- 5 EXPANSÃO NOVO HORIZONTE
- 6 SETOR PLANALTO
- 7 SETOR CIDADE ALTA
- 8 VILA BANDEIRA

LOTEAMENTOS APROVADOS APÓS 1999

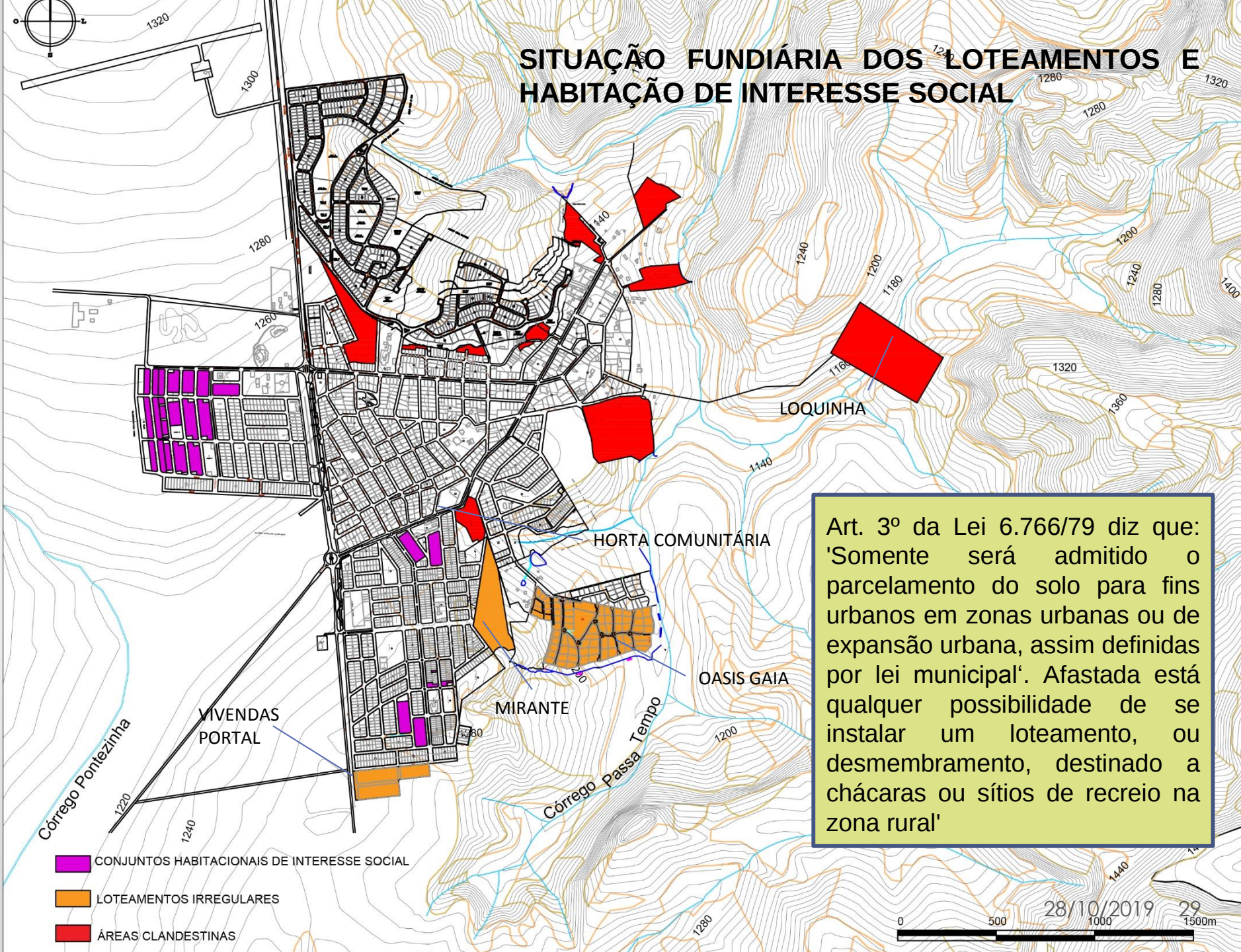
- 9 LOTEAMENTO RESIDENCIAL ELDORADO 1999 /2016
- 10 VALE AZUL 2015

LOTEAMENTOS APROVADOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

- VIVENDAS PORTAL - (não houve registro)
- MIRANTE - (não houve registro)
- OASIS GAIA - (em processo de legalização)

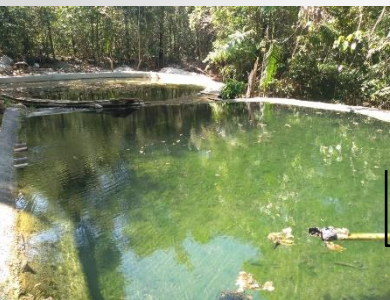


SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS LOTEAMENTOS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



Art. 3º da Lei 6.766/79 diz que: 'Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal'. Afastada está qualquer possibilidade de se instalar um loteamento, ou desmembramento, destinado a chácaras ou sítios de recreio na zona rural'

Captação de Água



Escola



POVOADO DE MOINHO

Posto de Saúde



Entrada



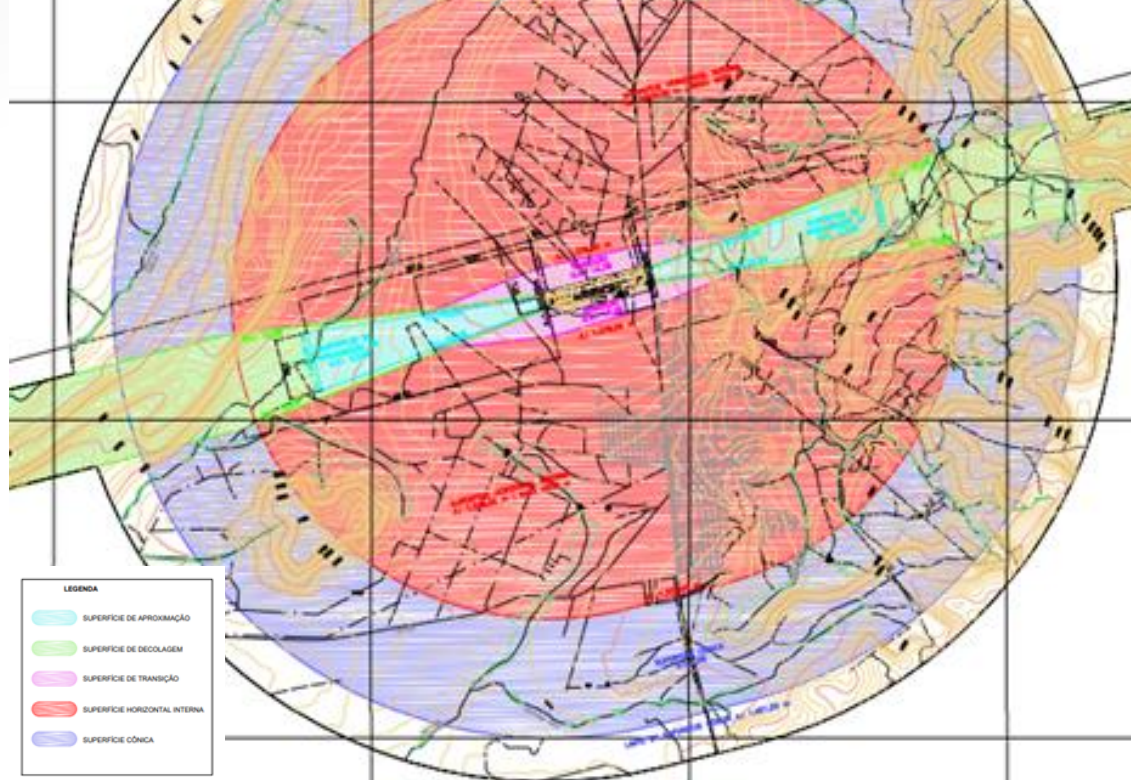
O Povoado de Moinho não dispõe de mapa oficial. O território está localizado em terra devoluta e passando pelo processo de regularização pelo Estado de Goiás.

AERÓDROMO

O Aeródromo Delfino Szervinskis de Alto Paraíso de Goiás, foi construído no início da década de 80 para dar suporte ao “Projeto Alto Paraíso” idealizado no governo Ary Valadão. Sua operação ainda é bastante limitada por não possuir instrumentalização operacional adequada de radar e sinalização noturna.

A ANAC é o órgão responsável pela análise e aprovação dos Planos Diretores Aeroviários e a regulamentação das atividades de administração e exploração é exercida pela INFRAERO.

Em Goiás a GOINFRA é o órgão estadual responsável pelo licenciamento, elaboração de projetos dos aeródromos e também responsável por sua gestão operacional.



Fonte: GOINFRA - 2019

Segundo informação do Departamento de Aeroportos da GOINFRA, a situação jurídica do Aeródromo de Alto Paraíso de Goiás está regular e em processo de certificação junto a ANAC, onde recentemente foi aprovado seu Plano Diretor Aeroviário. Dentro desse processo foi instalado no início de 2019 um sistema de radar com varredura de alcance de 100km, faltando ainda a sinalização de pista para operação noturna.

A planta de zona de segurança e ruídos projetado pela GOINFRA foi aprovada pela ANAC - outubro de 2019.

PARÂMETROS URBANÍSTICOS ATUAIS - PREDOMINANTES

•ÁREA MÍNIMA DO LOTE

- Lotes normais 450m²
- Lotes de interesse social 300m²
- Lotes rurais 40.000m²

•TAXA DE OCUPAÇÃO

É a relação entre a área ocupada pela projeção horizontal da construção e a área do lote. (área de projeção da edificação / pela área do terreno)

Ocupação Máxima varia de 30%, 40%, 50%, 70% e 80%.

•COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

Define a área máxima a ser construída no lote. (área do lote x coeficiente adotado)

Ex.: 400m² x 1 vez o terreno = 400m²

400m² x 1,5 vezes o terreno = 600m²

400m² x 0,6 vezes o terreno (ambiental)

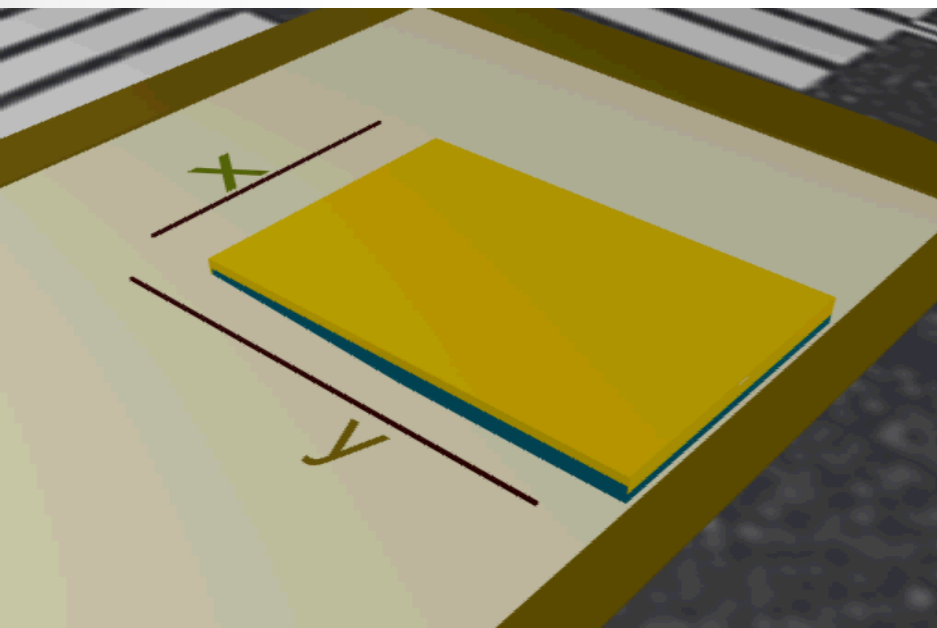


•RECUOS OU AFASTAMENTOS

- recuo frontal (5m) e (3m)
-) - recuo lateral (1,5m) e (3m)
- recuo de fundo - Variável (0,0m), (1,5m) e (3m)

•GABARITO – Altura da construção

Padrão da cidade (máximo de 7m)
Av. Paraíso e Av. João Bernardes Rabelo,
(máximo de 9m)



PARÂMETROS URBANÍSTICOS ATUAIS

TABELA Nº 3 MODELO DE ASSENTAMENTO - MA

MODELO	OCUPAÇÃO DOS LOTES					ALTURA DA EDIFICAÇÃO						OBSERVAÇÕES	
	TAXA DE OCUP. MÁX.(%)	AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m)			Nº VAGAS P/ ESTACION.	ALTURA MÁX. (M)	ALTURA DO VOLUME SUPER. (M)	ALTURA DO VOLUME INFER. (M)	GABARITO MÁXIMO (Nº DE PAVIM.)	DENSIDADE DO MODELO (HAB/HECTARE)			
		FRENTE	FUNDO	LATERAL									
				ESQ.							DIR.		
MA 1	50	5	*2	1,5	1,5	-	7	-	-	2	70	ZUC 1, ZUC 2, Zre, ZUR 2	EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS
MA 2	*1	5	*2	1,5	1,5	-	7	-	-	2	30	ZUR 1, ZUR 3, ZE1 1, 2, 3 ZNH	EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS
MA 3	30	5	*2	1,5	1,5	-	7	-	-	2	70	ZE1 1, ZE1 2	CONJUNTOS RESIDENCIAIS
MA 4	30	5	*3	-	-	3/LOTE	9	9	3,5	3	-	E 1, E2, E 3, E4	USOS INSTITUCIONAIS, COMÉRCIO E SERVIÇOS
MA 5	70	3	*5	-	-	3/LOTE	7	-	3,5	*4	-	ZUC 1, ZUC 2, Zre, ZUR 2	EDIFICAÇÕES P/ COMÉRCIO E SERVIÇOS - LOJA E SOBRELOJA
MA 6	80	5	3	3	-	3/LOTE	9	-	-	3	-	ZUC 2	ATIVIDADES DA CATEGORIA PRINCIPAL
MA 7	50	5	-	3	-	-	7	-	-	2	-	TODAS AS ZONAS URBANAS, EXCETO ZUC 2 e ZIS	PRÉDIOS DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E INSTITUCIONAIS - CATEGORIA DE BAIRRO OU
MA 8	50	5	-	3	-	3/LOTE	7	-	-	2	-	ZUC 2, ZUE 1ZUE 3, ZIS	USOS INSTITUCIONAIS, ESPECIAIS e INDUSTRIAIS

*1 - TERRENOS: ATÉ 1.000 METROS QUADRADOS - TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO DE 50%
ACIMA DE 1.001 METROS QUADRADOS - TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO DE 40%

*2- EM CASO DE CONSTRUÇÃO DE EDÍCULA, FICA ESTABELECIDO RECUO OBRIGATÓRIO DE 1,50 METROS EM PELO MENOS UMA DAS LATERAIS DO TERRENO

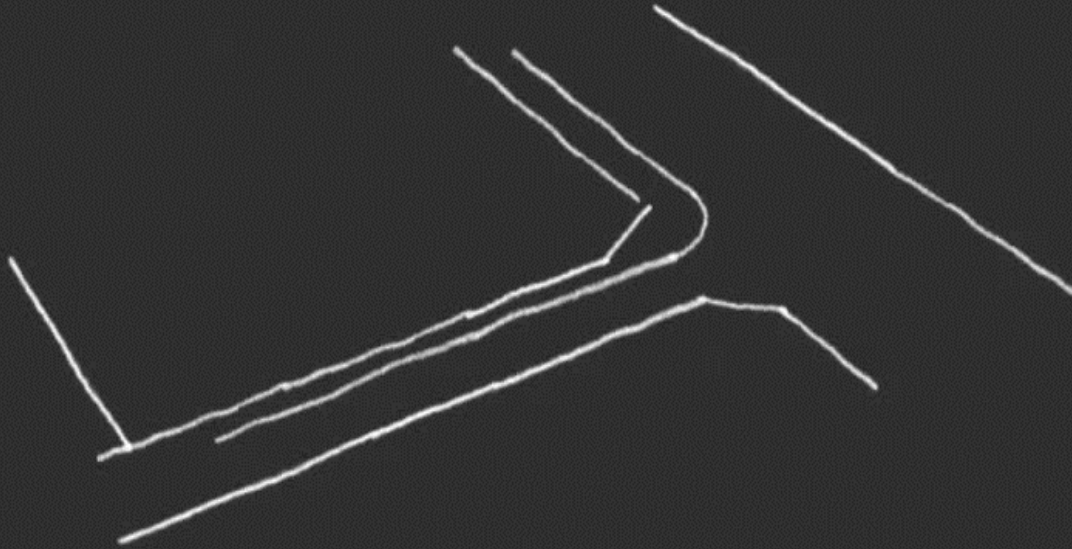
*3 - AFASTAMENTO MÍNIMO DE 1,50 METROS NOS FUNDOS E NA LATERAL DIREITA (VISUALIZANDO DO FUNDO PARA A FRENTE DO TERRENO)

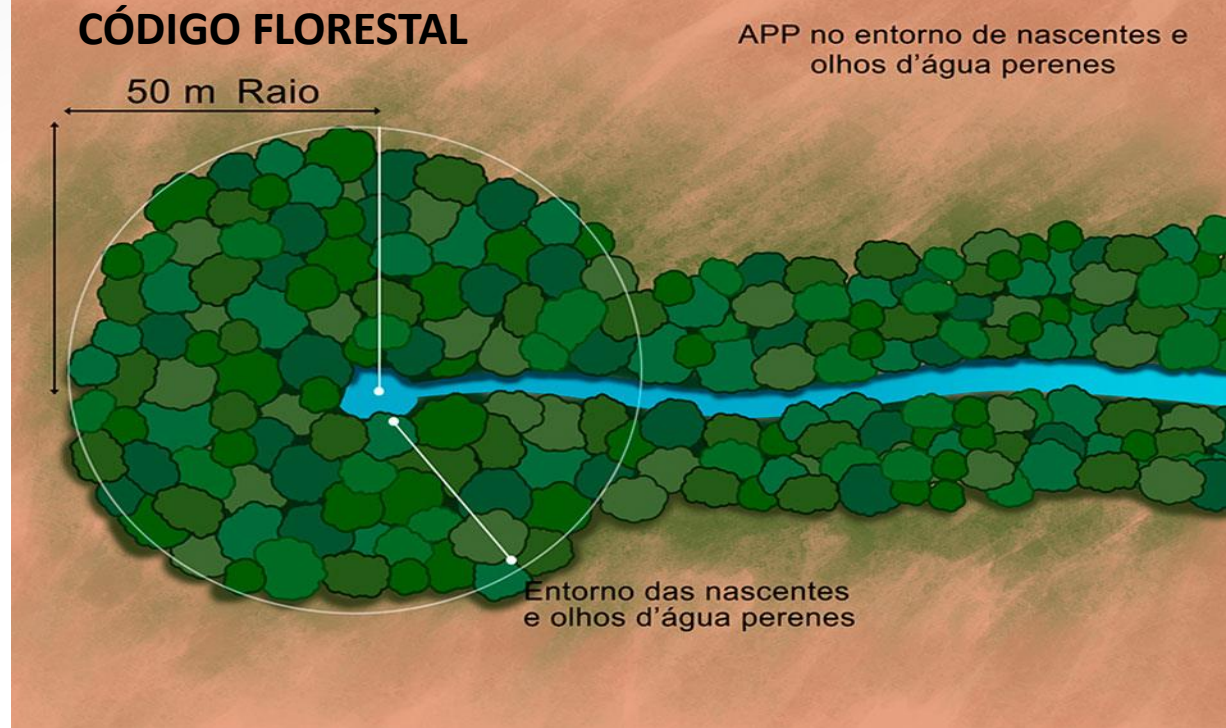
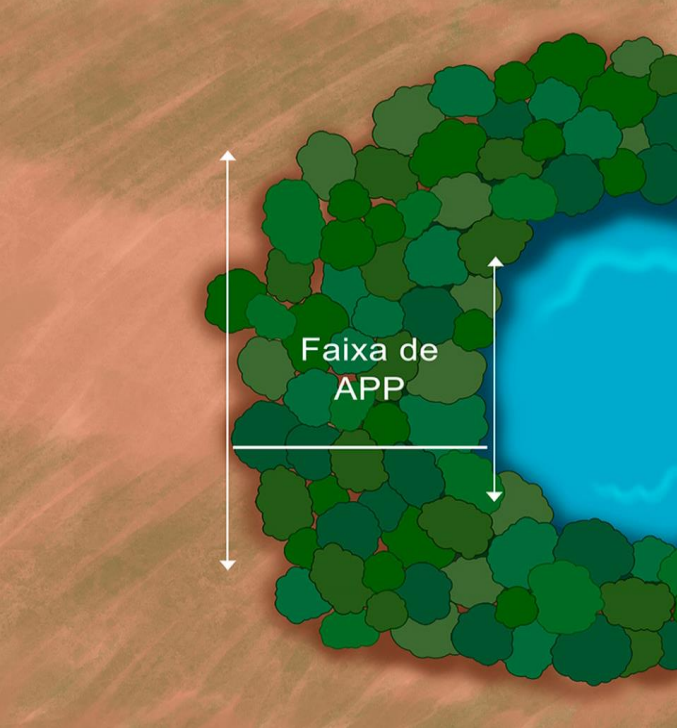
*4 - TÉRREO E SOBRELOJA

GABARITO MÁXIMO - Nº DE PAVIMENTOS = 02 - SIGNIFICA CONSTRUÇÃO DE SOBRADOS NAS EDIFICAÇÕES PARA USO RESIDENCIAL

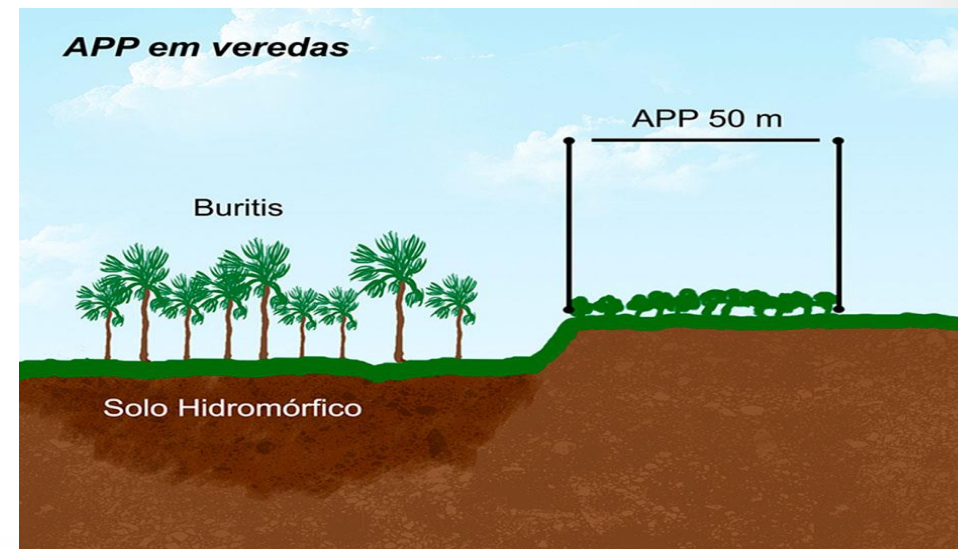
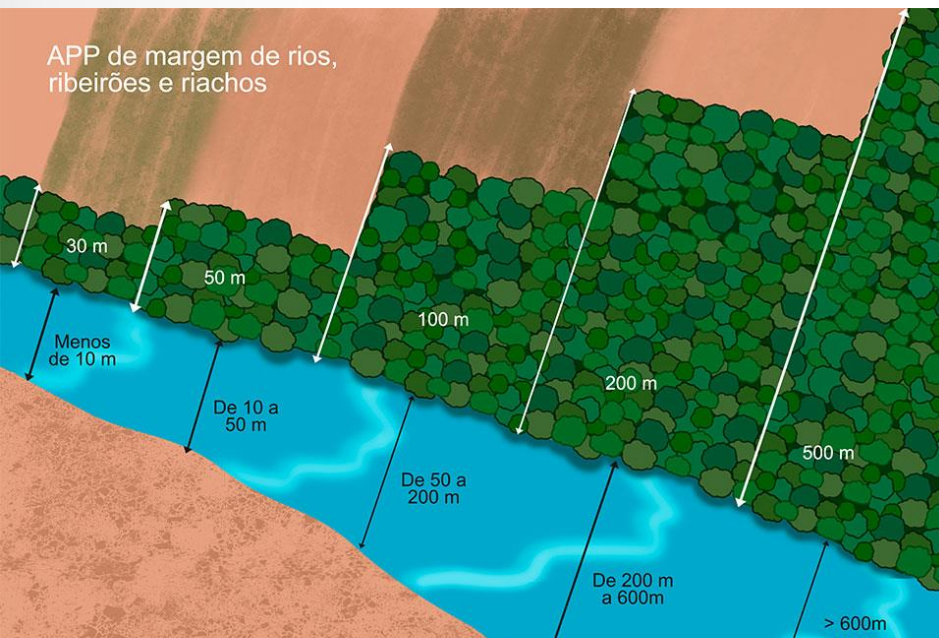
*5 - AFASTAMENTO MÍNIMO DE 1,50 METRO NOS FUNDOS E NA LATERAL DIREITA OU ESQUERDA (VISUALIZANDO DO FUNDO PARA A FRENTE DO TERRENO)

FONTE: Plano Diretor Urbano /Rural e Ambiental de Alto Paraíso de Goiás -2.000





APP's – Áreas de Proteção Permanente (Matas Ciliares) Construção “0m²



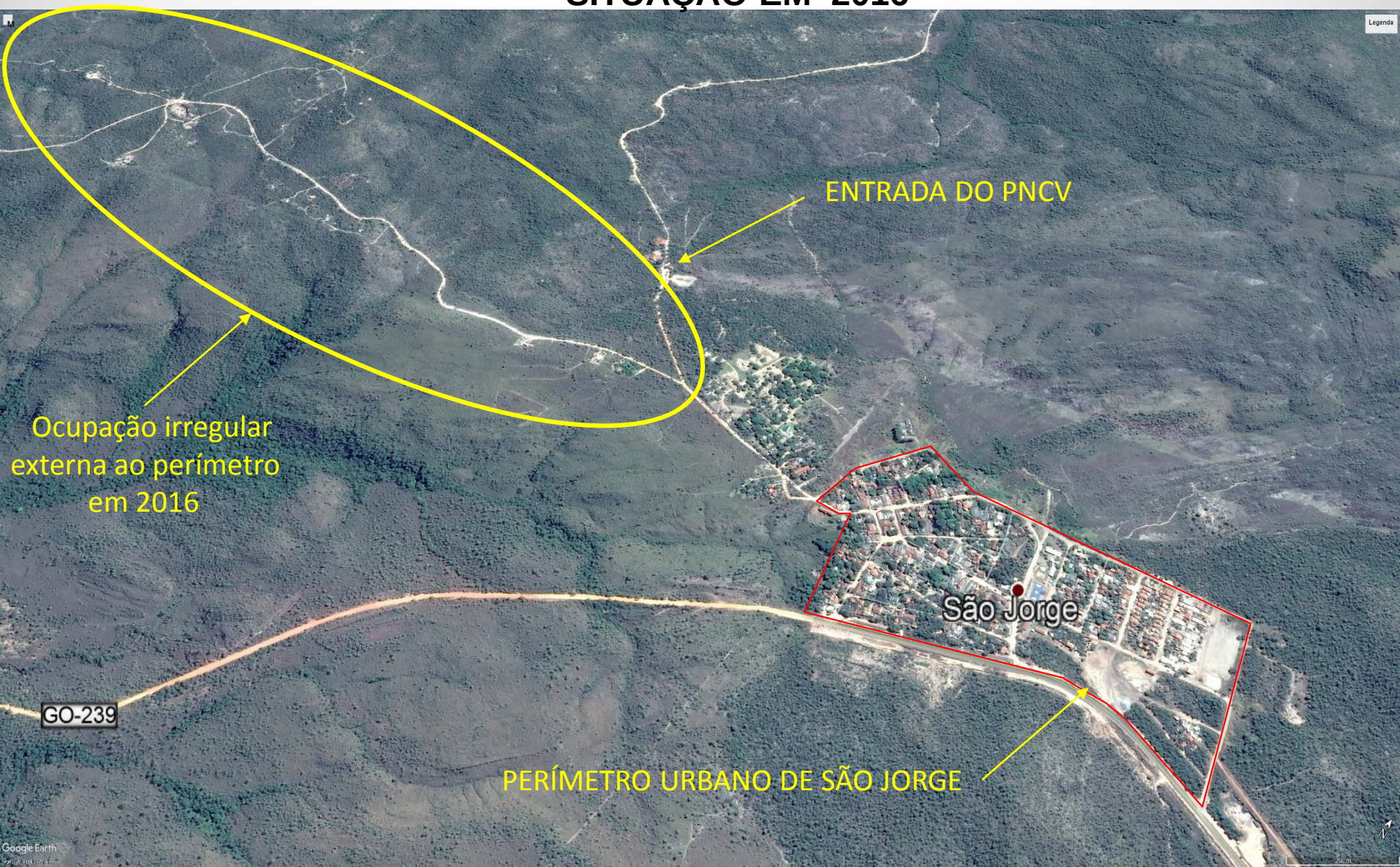
VISTA PANORÂMICA DO DISTRITO DE SÃO JORGE

SITUAÇÃO ATUAL 2019



VISTA PANORÂMICA DO DISTRITO DE SÃO JORGE

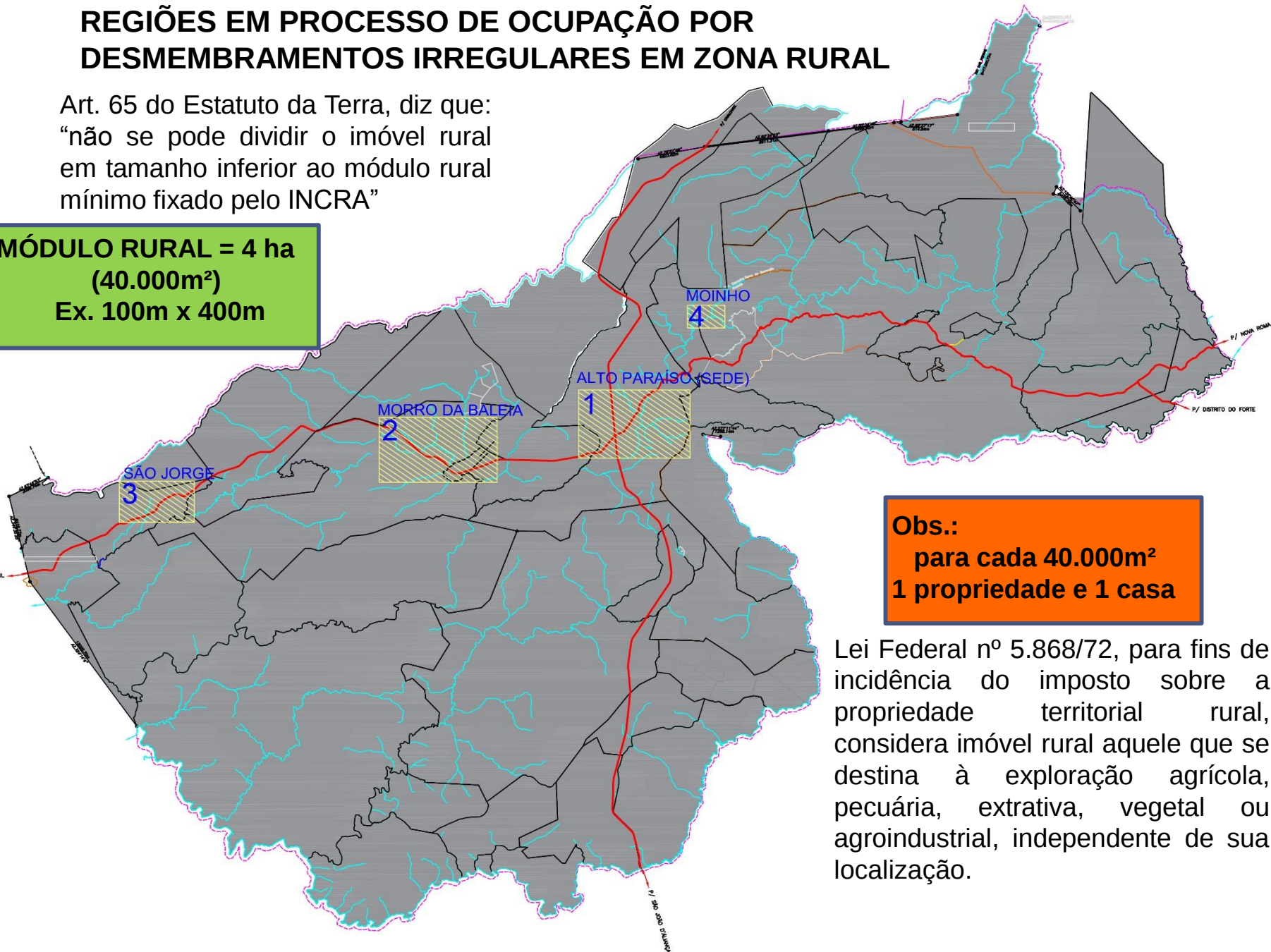
SITUAÇÃO EM 2016



REGIÕES EM PROCESSO DE OCUPAÇÃO POR DESMEMBRAMENTOS IRREGULARES EM ZONA RURAL

Art. 65 do Estatuto da Terra, diz que:
“não se pode dividir o imóvel rural
em tamanho inferior ao módulo rural
mínimo fixado pelo INCRA”

**MÓDULO RURAL = 4 ha
(40.000m²)
Ex. 100m x 400m**

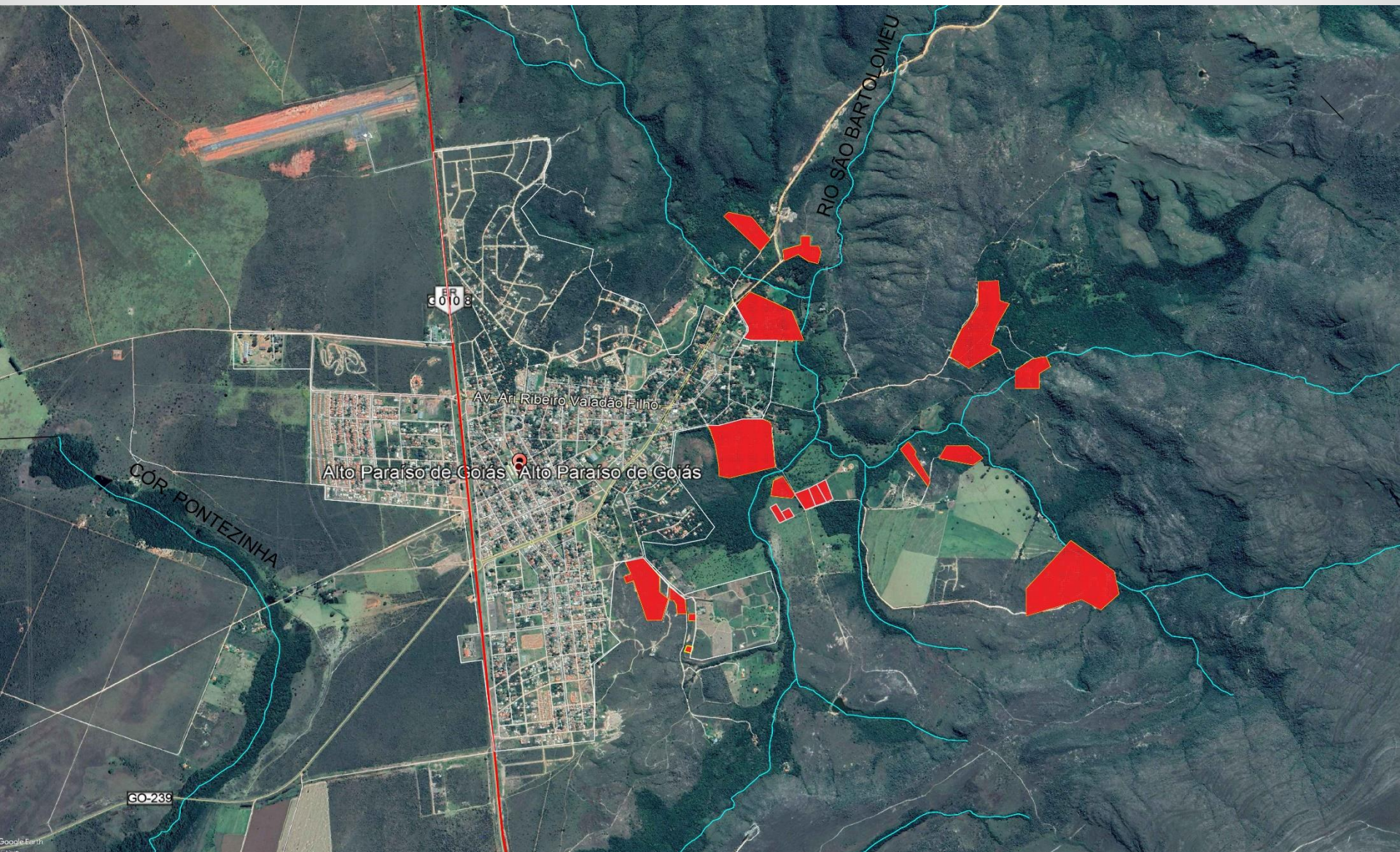


Obs.:
para cada 40.000m²
1 propriedade e 1 casa

Lei Federal nº 5.868/72, para fins de incidência do imposto sobre a propriedade territorial rural, considera imóvel rural aquele que se destina à exploração agrícola, pecuária, extrativa, vegetal ou agroindustrial, independente de sua localização.

DESMEMBRAMENTOS IRREGULARES – REGIÃO DO ENTORNO DA SEDE

1



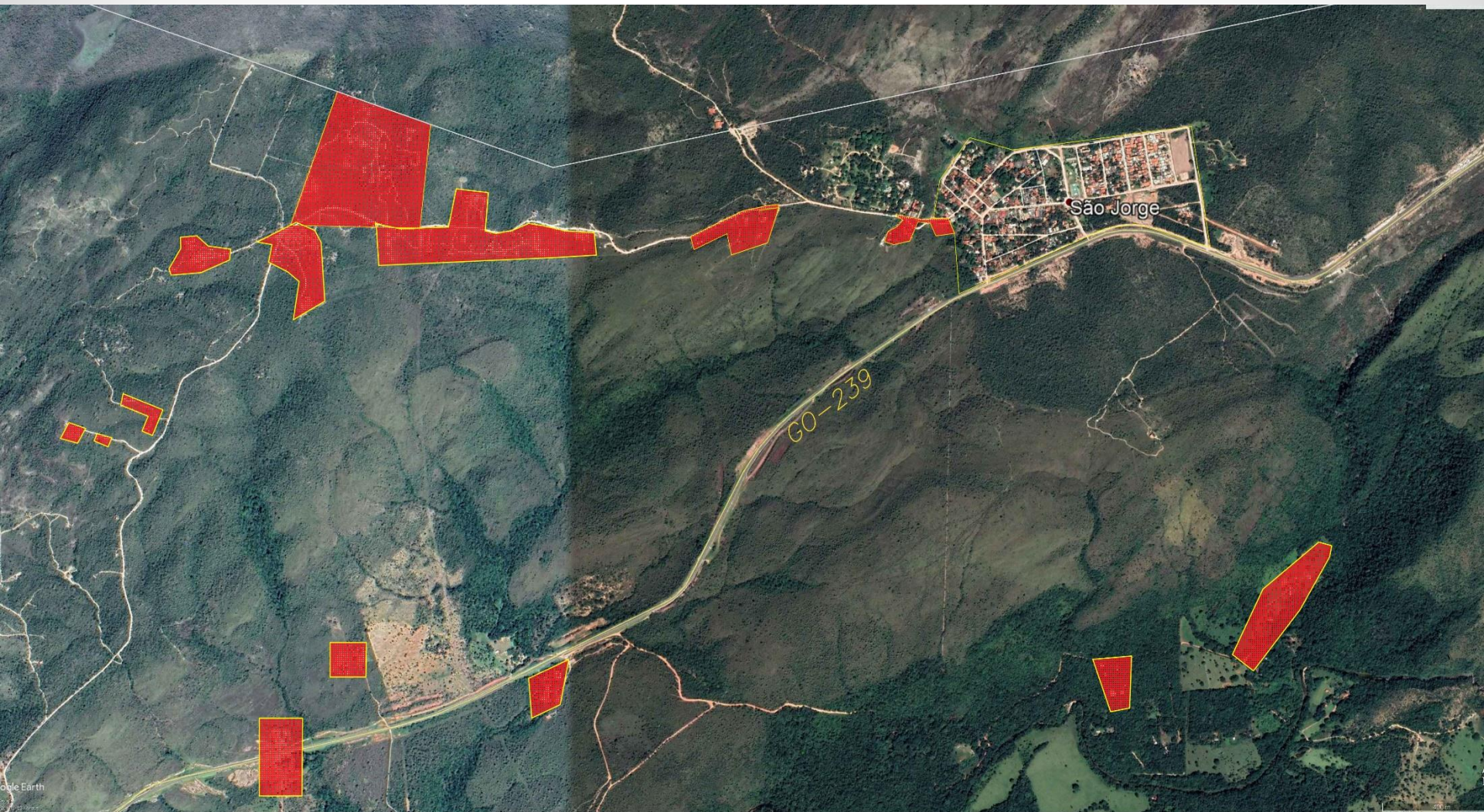
DESMEMBRAMENTOS IRREGULARES – REGIÃO DO MORRO DA BALEIA

2



DESMEMBRAMENTOS IRREGULARES – REGIÃO DO ENTORNO DE SÃO JORGE

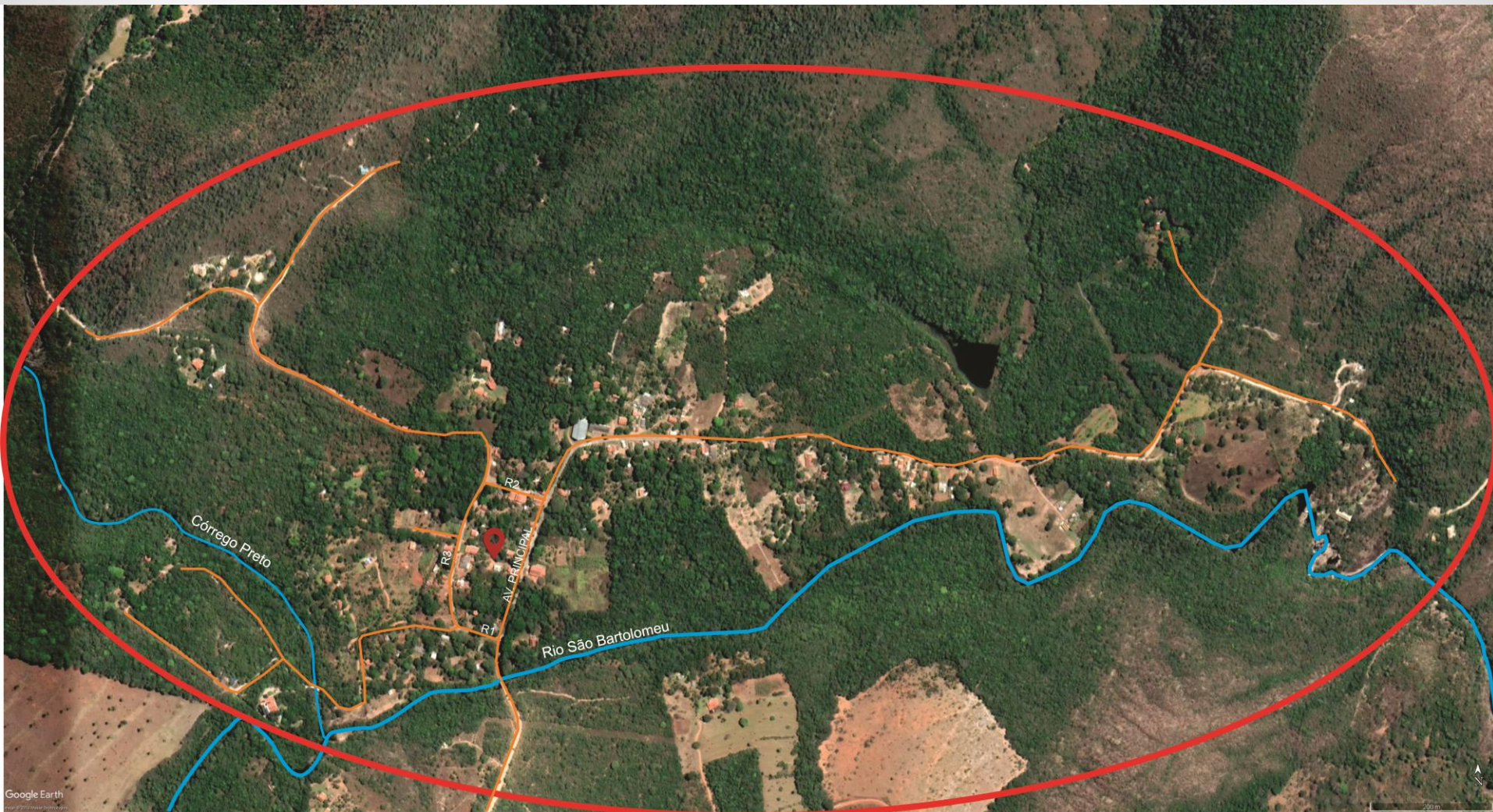
3



PERÍMETRO URBANO DE SÃO JORGE

ÁREA EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA– POVOADO DE MOINHO

4



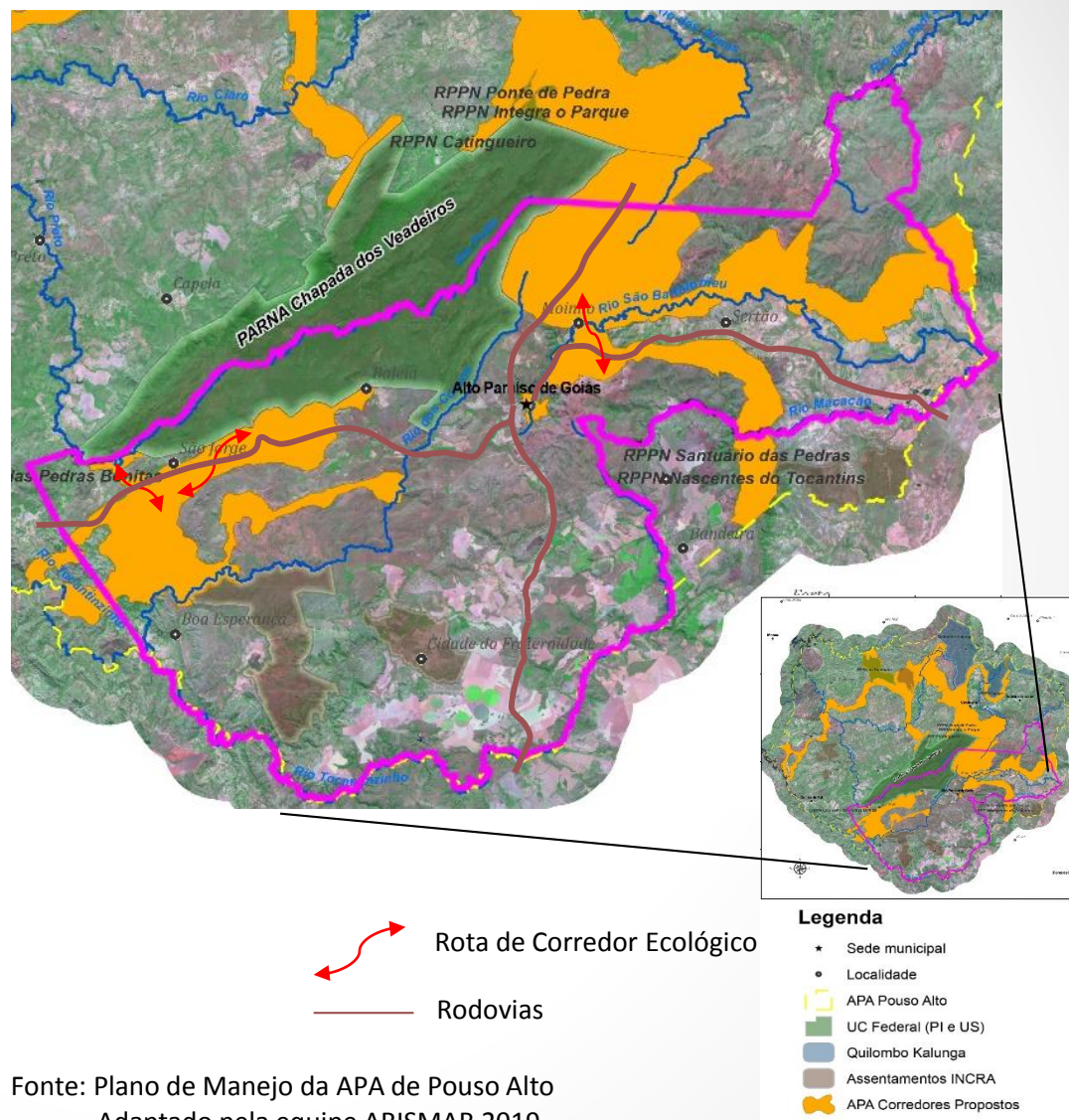
Corredor ecológico é uma porção de ecossistemas naturais que se ligam de territórios da Unidade de Conservação, permitindo o fluxo natural da fauna local.

O corredor ecológico da Chapada dos Veadeiros está contido na APA de Pouso Alto, interligando principalmente a área do PNCV a outras UC como do Vale do Paranã-Pirineus, Jalapão e ecossistema Lago das Brisas.

A pavimentação da GO-238, trecho Alto Paraíso – São Jorge é recente, o que vem ocasionando grande risco aos animais e reptéis que circulam pela região. A Agetop à época implantou sonorizadores e lombadas eletrônicas em diversos pontos da via para reduzir a velocidade dos veículos.

Tendo em vista a ampliação do PNCV as entidades ambientalistas pedem novos estudos e sugerem a implantação de passagens subterrâneas e cercas de proteção em trechos mais críticos

CORREDORES ECOLÓGICOS



Fonte: Plano de Manejo da APA de Pouso Alto
Adaptado pela equipe ARISMAR 2019.

ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE DO DISTRITO DE SÃO JORGE

O Distrito de São Jorge sofre grandes impactos de fluxo de veículos durante o período de alta temporada, o que levou a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge a contratação de uma proposta de plano de mobilidade para essas ocasiões.

Parte da comunidade local adverte do risco da perda de identidade histórica local em função de propostas e projetos de infraestrutura urbana que não levem em consideração suas características próprias e de traçados espontâneos que exigem obras específicas à cultura local.

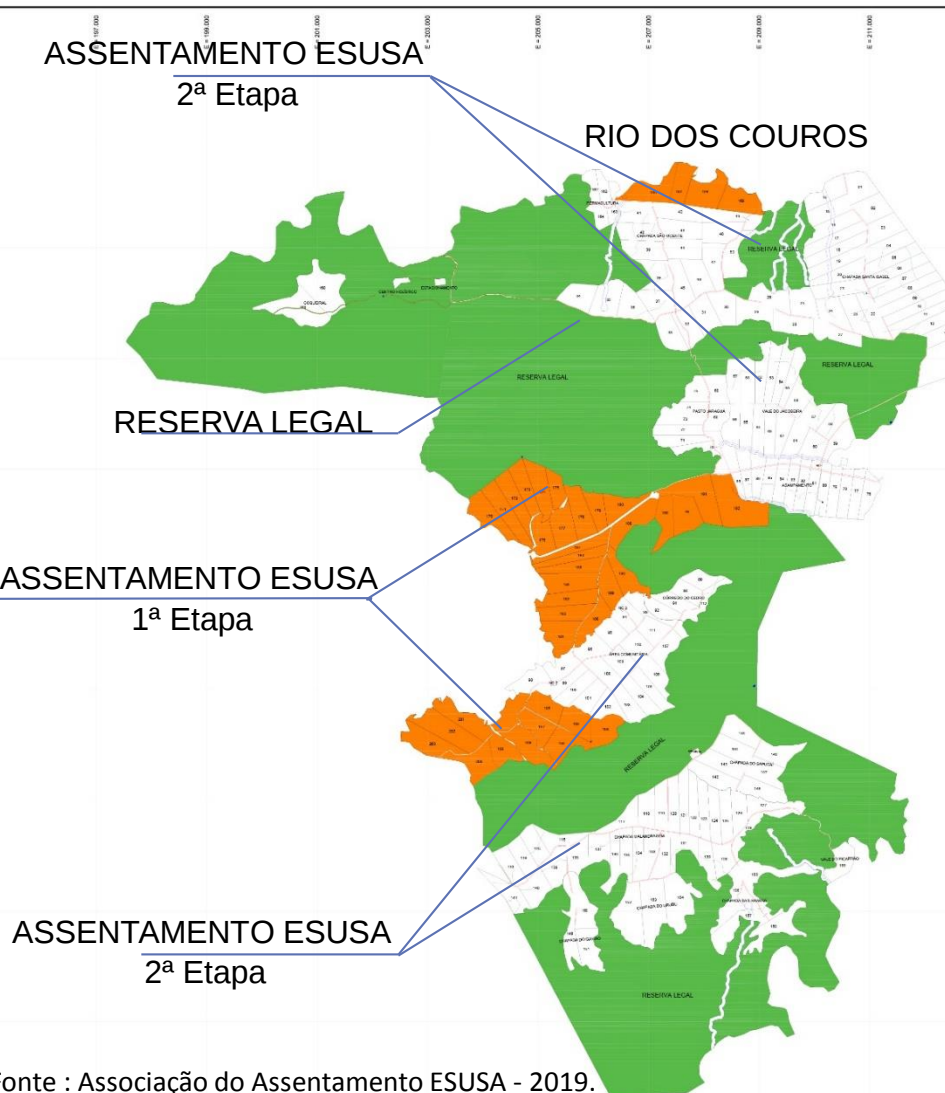
O forte crescimento do fluxo de turistas no período de alta temporada à região tem impactado na capacidade de prestação de serviços e a oferta de infraestrutura instalada principalmente no tocante a sobrecarga de telefonia, internet, água e energia elétrica.

Vale destacar que em 2018 a Prefeitura assinou decreto de nº1646/18 – Institui trânsito especial em São Jorge em dias de feriado.



Fonte : Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, 2010.

ASSENTAMENTO ESUSA C/ PROJETO DE AMPLIAÇÃO



Fonte : Associação do Assentamento ESUSA - 2019.

Obs.: O mapa apresentado refere-se a proposta desenvolvida pelo assentamento, ainda não aprovado pelo INCRA.

Os assentamentos geram inúmeros impactos sociais, econômicos e ambientais ao município, sem a devida contrapartida do Governo Federal.

Hoje o assentamento ESUSA abriga aproximadamente 40 famílias e está em processo de ampliação para 206 famílias, o que deverá superar a capacidade de oferta de vagas do Educandário Humberto de Campos (Cidade da Fraternidade) que hoje atende cerca de 250 alunos. Além desses impactos também terão reflexos no transporte escolar que hoje já não atende as necessidades quanto ao número de alunos x número de lugares ofertados.

Foi relatada a forte pressão imobiliária sobre áreas dos assentados para compra e arrendamento com objetivo de transformação em agropecuária de uso intensivo.

A comunidade dos assentamentos e do núcleo da Cidade da Fraternidade entendem a necessidade de melhor gestão do lixo local, com coleta seletiva e convênio com a RECICLEALTO, pois parte do lixo da região é lançado a beira da estrada em uma voçoroca próximo à GO-118.

É preocupante o registro de desmatamentos e ocupações em áreas de proteção ambiental dentro do perímetro do assentamento ESUSA.

A Prefeitura tem reivindicado junto ao INCRA a municipalização da região das Cataratas dos Couros para sua gestão e instituição de Parque Municipal das Cataratas dos Couros.

MINERAÇÃO - REQUERIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS E REGISTROS DE LICENÇA

Processo	Tipo de requerimento	Fase atual	CPF/CNPJ d titular	Nome do ttular	Municípios	Substâncias	Tipos d Uso	Situação	Unid.	a	Área (ha)
860.176/2019	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Requerimento de Pesquisa	351.114.531-72	ABÍLIO CARLOS FERREIRA DE FARIAS	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	ARDÓSIA	Revestimento	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	671,00
860.321/2019	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Requerimento de Pesquisa	29.817.056/0001-15	PRIME MINERAÇÃO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.415,70
860.307/2019	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Requerimento de Pesquisa	10.306.257/0001-20	BRASIL MANGANES LTDA.	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	658,10
860.222/2019	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Requerimento de Pesquisa	839.784.452-04	Rosa Santos Do Amorim	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.992,87
860.072/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	260.296.691-68	Uarian Ferreira da Silva	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO COLINAS DO SUL/GO	MINÉRIO DE OURO ÁGUA MINERAL	Industrial Balneoterapia	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	246,95
860.210/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	150.994.151-72	Paulo de Souza Pau Ferro	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE COBRE	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.406,28
860.207/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	150.994.151-72	Paulo de Souza Pau Ferro	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE COBRE	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.749,95
860.662/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	25.291.472/0001-71	Itauna Minertech Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.918,26
860.155/2018	Requerimento de Registro de Licença	Requerimento de Licenciamento	222.879.301-91	Santino Afonco de Faria	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	ARGILITO	Cerâmica vermelha	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	49,22
860.021/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	260.296.691-68	Uarian Ferreira da Silva	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO ÁGUA MINERAL	Industrial Balneoterapia	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	217,75
860.156/2018	Requerimento de Registro de Licença	Requerimento de Licenciamento	334.762.251-00	Joaquim Garcez de Mendonça Filho	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	CASCALHO	Construção civil	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	14,40
860.829/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	351.221.881-49	HERMINEA DUARTE DA SILVA	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.995,86
860.661/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	25.291.472/0001-71	Itauna Minertech Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.515,32
860.663/2018	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	25.291.472/0001-71	Itauna Minertech Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.684,93
860.452/2017	Requerimento de Registro de Licença	Requerimento de Licenciamento	190.783.901-15	Nilmar Wagner Vieira de Sousa	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	CASCALHO ARGILA	Construção civil	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	19,81
860.943/2017	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	09.434.057/0001-73	Mineradora Vale do Cerrado Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.101,43
860.620/2017	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	03.848.164/0001-61	Toledo Granitos do Brasil Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO COLINAS DO SUL/GO	MINÉRIO DE OURO QUARTZO	Industrial Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.937,35
860.528/2017	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	507.905.528-68	Ana Maria Ferraz Guedes	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	510,25
860.039/2017	Requerimento de Disponibilidade para	Autorização de Pesquisa	00.508.829/0001-08	Edem Empresa de Desenvolvimento Em	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.990,21
860.205/2017	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	16.615.143/0001-48	Mineradora Serra Geral Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.877,40
861.358/2016	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	260.296.691-68	Uarian Ferreira da Silva	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO COLINAS DO SUL/GO	MINÉRIO DE OURO ÁGUA MINERAL	Industrial Balneoterapia	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	351,51
860.114/2016	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Requerimento de Pesquisa	19.147.190/0001-00	Wjm Mineração e Pesquisa Eireli Me	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO COLINAS DO SUL/GO NIQUELÂNDIA/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE OURO AREIA CASCALHO DIAMANTE	Industrial Construção civil Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	857,15
860.773/2015	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	05.835.276/0001-03	Rio Granito Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO TERESINA DE GOIÁS/GO	ILMENITA	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	649,09
861.286/2015	Requerimento de Disponibilidade para pesquisa	Autorização de Pesquisa	14.641.999/0001-62	Centro Mineração Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.886,78
861.129/2015	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	085.320.521-34	Mucio Nobre da Costa Ribeiro	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	QUARTZO ÁGUA MINERAL	Industrial Engarrafamento	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	781,71

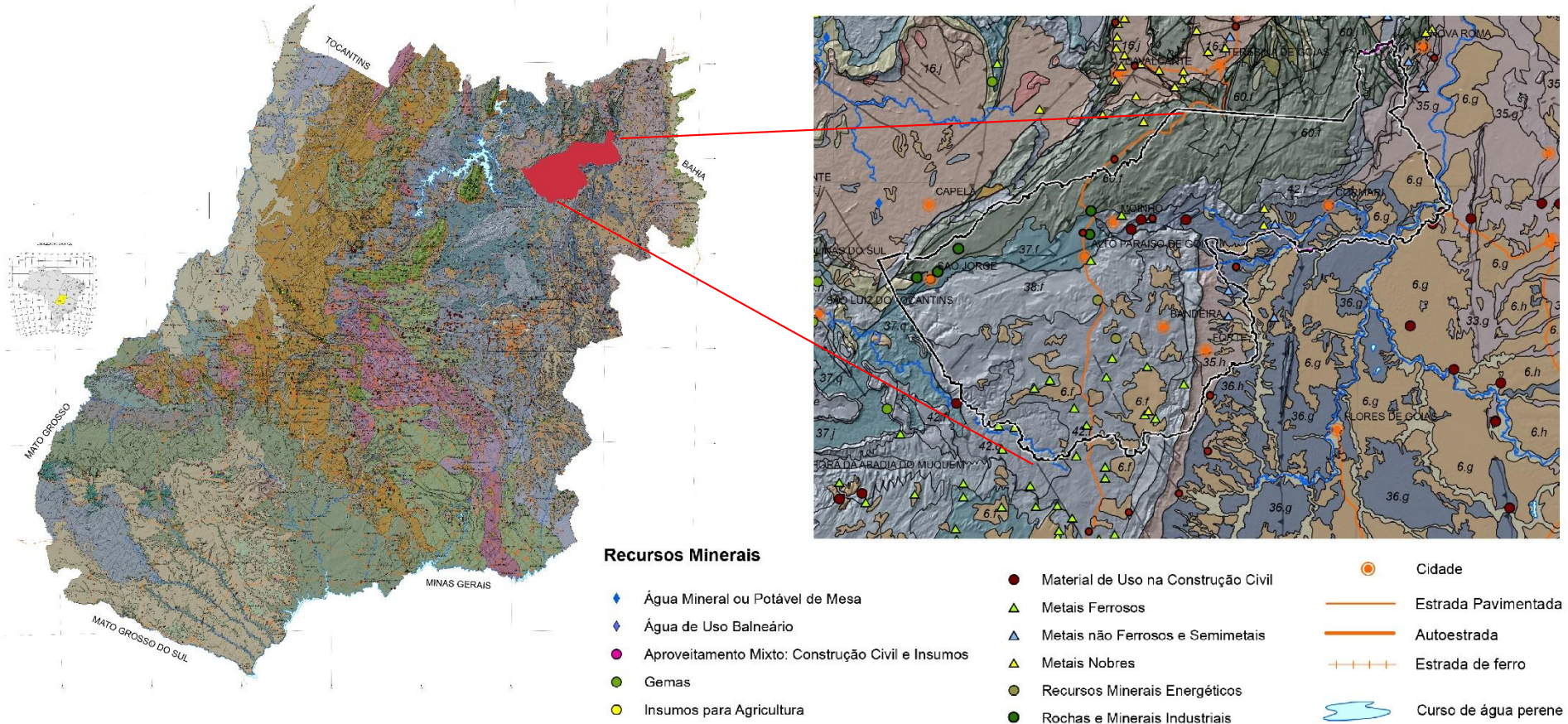
MINERAÇÃO - REQUERIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS E REGISTROS DE LICENÇA

Processo	Tipo de requerimento	Fase atual	CPF/CNPJ d titular	Nome do titular	Municípios	Substâncias	Tipos d Uso	Situação	Unid.	a	Área (ha)
861.490/2014	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	085.071.391-91	Raimundo Paiva da Silva	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE COBRE	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.160,27
860.850/2014	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	16.900.296/0001-37	Platinus Empreendimentos e	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	130,58
860.804/2014	Requerimento de Registro de Licença	Requerimento de Licenciamento	190.783.901-15	Nilmar Vagner Vieira de Sousa	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	CASCALHO ARGILA	Construção civil	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	28,47
860.252/2014	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	078.472.206-44	Paulo Eustaquio Nogueira Penido	GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.960,83
860.192/2012	Requerimento de Disponibilidade para	Autorização de Pesquisa	13.976.200/0001-26	Mineradora Vera Cruz Ltda.	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.615,99
861.940/2012	Requerimento de Registro de Licença	Requerimento de Licenciamento	00.619.676/0001-68	Iapa Imobiliaria e Agropecuaria Pouso Alto	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	CASCALHO	Construção civil	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	0,99
860.049/2012	Requerimento de Disponibilidade para	Autorização de Pesquisa	523.933.051-49	Delfim Ferreira Alves Júnior	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.774,51
861.779/2012	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	078.472.206-44	Paulo Eustaquio Nogueira Penido	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.845,41
861.605/2012	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	260.296.691-68	Uarian Ferreira da Silva	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO COLINAS DO SUL/GO	MINÉRIO DE OURO ÁGUA MINERAL	Industrial Balneoterapia	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.438,96
861.777/2012	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	078.472.206-44	Paulo Eustaquio Nogueira Penido	GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.894,69
862.573/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.819,78
862.572/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.990,19
862.571/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.990,23
862.570/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.980,89
862.569/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.855,01
862.568/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.639,96
862.567/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.362,60
862.566/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.616,01
862.565/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.921,74
862.147/2011	Requerimento de Disponibilidade para pesquisa	Autorização de Pesquisa	11.085.724/0001-00	Adher Empreendimentos Ltda.	GOIÁS/GO COLINAS DO SUL/GO	MINÉRIO DE FERRO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.776,02
862.028/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	11.085.724/0001-00	Adher Empreendimentos Ltda.	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.754,30
862.574/2011	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	303.447.618-35	Felipe Monaco Balakirev Resende	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.942,83
860.533/2010	Requerimento de Disponibilidade para pesquisa	Autorização de Pesquisa	11.522.370/0001-05	Minetto Minerais do Brasil Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.999,99
861.575/2009	Requerimento de Registro de Extração	Requerimento de Registro de Extração	01.740.455/0001-06	Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	CASCALHO	Construção civil	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1,00
860.200/2009	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	217.992.291-49	Ibrahim Rassi	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE NÍQUEL	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	1.795,85
861.276/2008	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	12.069.549/0001-11	Itamix Mineração Industrial Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	491,46
861.274/2008	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Autorização de Pesquisa	12.069.549/0001-11	Itamix Mineração Industrial Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE OURO	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	974,85
861.450/2007	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Requerimento de Lavra	02.840.072/0001-72	Mibasa Mineradora Barro Alto Ltda	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO	MINÉRIO DE MANGANÊS	Industrial	Ativo	GOIÁS	Superint. / GO	54,31

IMPORTANTE: este serviço possui caráter meramente informativo e, portanto, não dispensa o uso dos instrumentos oficiais pertinentes para produção de efeitos legais. As informações são disponibilizadas no momento e na forma em que são inseridas na base de dados pelos servidores e colaboradores do DNPM.

MINERAÇÃO

MAPA GEODIVERSIDADE DO ESTADO DE GOIÁS E DO DISTRITO FEDERAL



Fonte – CPRM - 2006

SOCIAL / HABITAÇÃO

O **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social** é um instrumento de implementação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS, que tem como objetivo planejar as ações da Municipalidade referentes ao setor habitacional, de forma a garantir às populações de baixa renda, o acesso à moradia adequada e ao solo urbano regularizado, com moradia digna e acesso a infraestrutura básica.

O PMHIS de Alto Paraíso de Goiás foi aprovado em 2012, em consonância ao Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS e ao Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social – SNHIS, criado a partir da Lei Federal nº. 11.124/2005,

O **Artigo 12** da referida Lei, **a apresentação do PLHIS é condição obrigatória para que os entes federados acessem os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.**

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, foram instituídos pela Lei 795/2008 – alterada pelas leis 846/2010 e 862/2010.

Objetivos e Diretrizes do PMHIS (2012)		
DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	DIRETRIZES	OBJETIVOS
I. Déficit habitacional de 472 UHIS, mais 655 novas moradias da demanda futura.	Otimizar e ampliar a produção de moradias	Oferecer moradia digna a 385 famílias da área urbana e 87 da área rural, que não as possui, mais 655 novas moradias da demanda futura.
II. Demanda por melhoria:	Aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação	Reformar e ampliar 53 moradias(urbana) e 30 (rural) de famílias com densidade excessiva
		Doar kits sanitários a 12 famílias(urbano) e 20 (rural) de baixa renda.
		Pavimentação asfáltica a moradias de 150 famílias
		Instalação de água encanada a 175 famílias na área rural.
III. Inadequação fundiária	Integração urbana de parcelamento sem regularização fundiária	Regularizar lotes doados à AGEHAB onde foram construídas moradias de Interesse Social no setor Cidade Alta.
IV. Necessidade de loteamento de áreas para HIS	Integração urbana	Oferecer áreas urbanas para construção de HIS
V. Legislação urbanística ambiental e habitacional	Desenvolvimento institucional	Atualização do Plano Diretor e Criação do Código de Postura.
VI. Falta de Assistência técnica	Oferecer assistência técnica gratuita nos empreendimentos HIS	Assistência técnica na construção de novas unidades e/ou melhorias habitacionais a todas as famílias com renda até 3 SM.

SOCIAL / HABITAÇÃO

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - GO
Mapa das ofertas habitacionais de interesse social



PMHIS

Mapa das ofertas habitacionais de interesse social

ALAN PEREIRA BARBOSA
PREFEITO

Responsável Técnico
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

LEGENDA

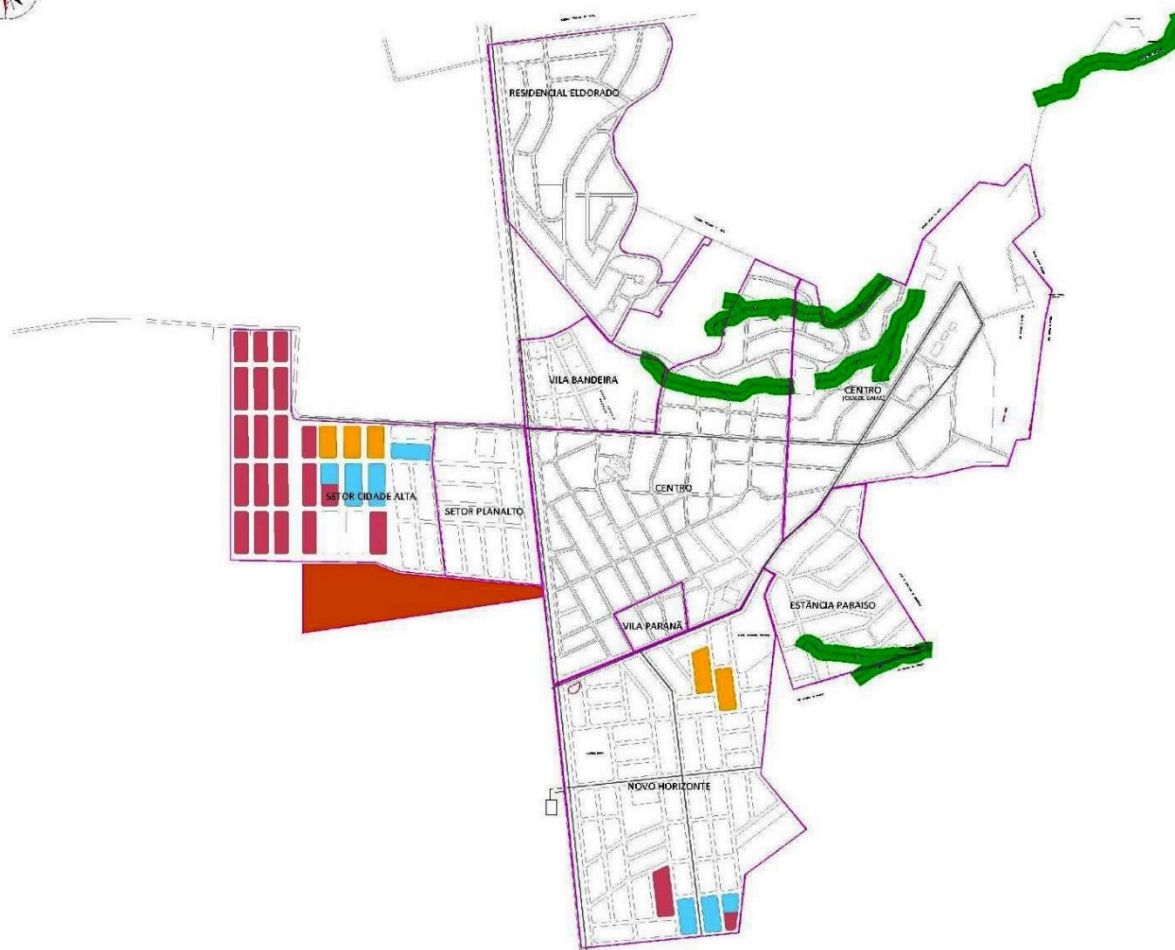
- VIAS PRINCIPAIS
- LIMITES DE BAIROS
- 1 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR AUTOPROMOÇÃO EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 2 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR COOPERATIVA/ENTIDADE EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 3 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR INCORPORAÇÃO PRIVADA EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 4 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS POR INCORPORAÇÃO PRIVADA EM TERRENO PRIVADO OU PÚBLICO
- 5 UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS PELO SETOR PÚBLICO POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA
- 6 ÁREAS E/OU PARCELOS PÚBLICOS MUNICIPAIS COM APTIDÃO PARA HIS GRAVADOS OU NÃO COMO ZEIS
- 7 ÁREAS E/OU PARCELOS PÚBLICOS ESTADUAIS COM APTIDÃO PARA HIS GRAVADOS OU NÃO COMO ZEIS
- APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

É Considerado APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL) as áreas ao longo dos córregos, ribeiras e rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal de acordo com a Lei 7.803 de 15 de agosto de 1989.

OBS:

Folha:
07/07

Fonte da base cartográfica: SANEAGO Data: 15/03/11 Escala: 1:12.000



LEGENDA

- | | | | |
|--|--|--|--|
| 8 ÁREAS E/OU PARCELOS PÚBLICOS FEDERAIS COM APTIDÃO PARA HIS GRAVADOS OU NÃO COMO ZEIS | 10 ÁREAS E/OU PARCELOS PRIVADOS QUE, PELAS CARACTERÍSTICAS URBANÍSTICAS, POSSAM SER GRAVADOS COMO ZEIS | 12 IMÓVEIS PÚBLICOS ESTADUAIS VAZIOS OU SUBUTILIZADOS | 14 IMÓVEIS PÚBLICOS PARTICULARES VAZIOS OU SUBUTILIZADOS |
| 9 ÁREAS E/OU PARCELOS PRIVADOS GRAVADOS COMO ZEIS | 11 IMÓVEIS PÚBLICOS FEDERAIS VAZIOS OU SUBUTILIZADOS | 13 IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS VAZIOS OU SUBUTILIZADOS | 15 IMÓVEIS CONSTITUÍDOS COM PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E ATUALMENTE VAZIOS OU SUBUTILIZADOS |

SOCIAL / HABITAÇÃO

Com o PMHIS em processo de implantação parte da demanda foi atendida com coordenação do Departamento de Habitação da SMRPS (Secretaria Mun. da Rede de Proteção Social, Habitação e Projetos Especiais). Mesmo assim, registra uma demanda cadastrada de aproximadamente 300 famílias a espera do benefício da casa própria.

Uma das dificuldades apontadas é a falta de lotes públicos para atender a demanda e de recursos já que o FMHIS e CMHIS encontram-se paralisados e em processo de reestruturação.

PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
Nome do Empreendimento	Ano de execução	Qt. De Unidades Ofertadas:	Programa	Situação Fundiária	Vulnerabilidade
Novo Horizonte (I)	1994	50	Mutirão	Regular	Sim
Novo Horizonte (II)	1997	20	Habitar Brasil	Regular	Sim
Cidade Alta (I)	2000	26	Morar Melhor	Regular	Sim
Cidade Alta (II)	2003	95	Morar Melhor	Regular	Sim
Cidade Alta (III)	2007	100	Cheque Moradia	Regular	Sim
Cidade Alta (IV)	2008	10	Cheque Moradia	Regular	Sim
Novo Horizonte	2017	40	MCMV - Sub-50	Processo de Regularização	Sim
Cidade Alta (V)	2017	50	MCMV/FGTS	Regular	Sim
Cidade Alta (VI)	2018/2019	96	MCMV-E	Regular	Sim
TOTAL DE UNIDADES BENEFICIADAS (1994 2019)		487			
PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA					
Nome do Empreendimento	Ano de execução	Qt. De Unidades	Situação Fundiária		
Horta Comunitária	2019	65	Em andamento		
São Jorge	2019	30	Em andamento		

Fonte – PMHIS – 2012 e SMRPS. Adaptado e atualizado pela equipe ARISMAR

É importante registrar o cumprimento da regularização fundiária dos lotes ofertados à política de Habitação de Interesse Social recomendado pelo PMHIS -2012

CONTEXTUALIZAÇÃO FOLCLÓRICA E CULTURAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

O município de Alto Paraíso de Goiás se caracteriza por uma diversidade cultural, consequência da presença de diversas matrizes culturais. Dentre essas, destacam-se vários grupos alternativos, esotéricos e espiritualistas que chegaram à cidade, em muitos casos, influenciados por visões e profecias que apresentam Alto Paraíso de Goiás como o refúgio dos cataclismos ambientais e sociais que abalariam o mundo no Terceiro Milênio.

Além da característica mística, existe uma forte tradição religiosa marcada pela fé da população nativa.

A Festa do Divino – Caçada da Rainha – Encontro de Culturas – Festa Junina – Festival Ilumina



Encontro de Culturas.
Foto: Marcelo Braga Santos



Encontro de Culturas.
Foto: Marcelo Braga Santos



SEGURANÇA PÚBLICA

O número de homicídios no estado apesar de decrescente ainda é considerado muito alto com 42,8 mortos por 100mil habitantes.

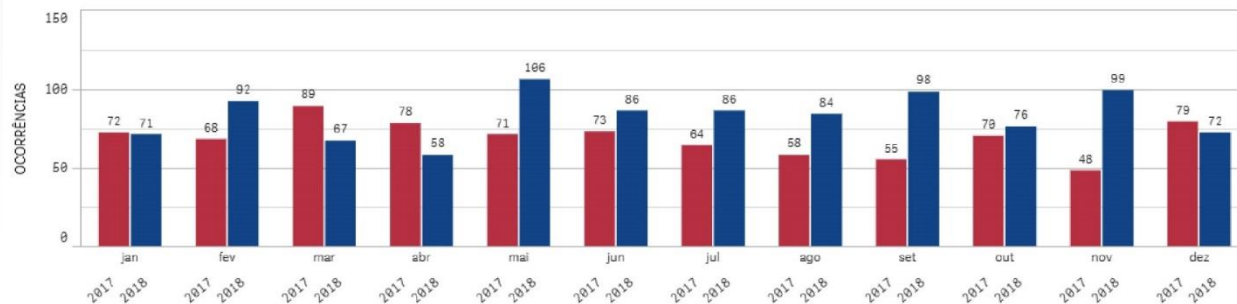
O Sistema de Segurança Pública de Alto Paraíso de Goiás é estruturada conforme pressuposto do art. 144 da Constituição Federal, composto por unidade da Polícia Militar e Polícia Civil. O município ainda não dispõe de unidade do Corpo de Bombeiros, porém já possui área doada pelo município ao Estado para sua construção, assim como para a construção da sede da Delegacia. A Delegacia está instalada no núcleo urbano, próximo ao paço municipal, funcionando em imóvel alugado com despesas operacionais a dispêndio da prefeitura municipal. O Estado atualmente apresenta um déficit de número de Delegados para atender toda demanda. A delegacia de Alto Paraíso não possui delegado fixo, funcionando em regime de Delegado Plantonista comandado pela Regional Formosa.

O presídio da cidade recebe presos da comarca (Alto Paraíso e São João D'alíança), está localizado no núcleo central da cidade, situado à Av. João Bernardes Rabelo, causando grande preocupação aos moradores da região que exigem sua relocação para lugar mais seguro e fora do centro da cidade.



CRIMES CONSUMADOS

COMPARATIVO ANO - QUANTIDADE DE VÍTIMAS

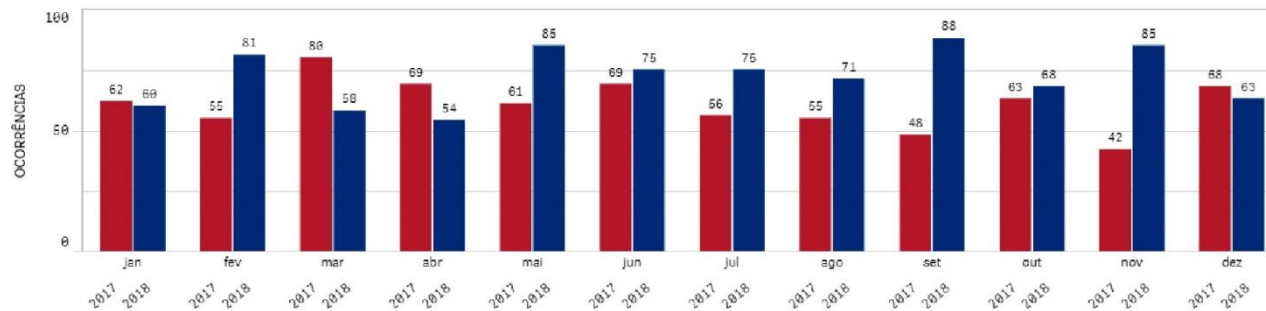


Fonte: SSP-GO Secretaria de Segurança Pública de Goiás

Segundo o Anuário da Violência e dados da SSP-GO, o número de ocorrências de crimes registrados no município de Alto Paraíso de Goiás em 2018, assim como o número de vítimas é ascendente e vem acompanhando o aumento do fluxo de turistas na região.

Em 2018, das 863 ocorrências que envolveram 995 vítimas, destacam 367 casos de furtos, 133 ameaças, 55 lesões corporais e 49 por consumo de drogas.

COMPARATIVO ANO - QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS



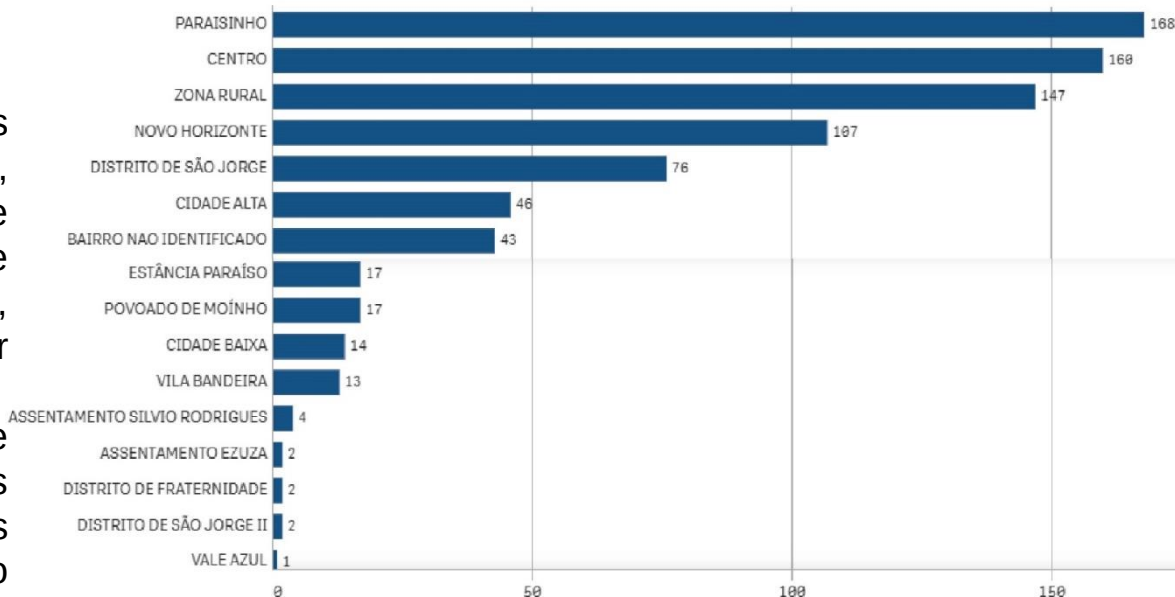
Fonte: SSP-GO Secretaria de Segurança Pública de Goiás



CRIMES CONSUMADOS

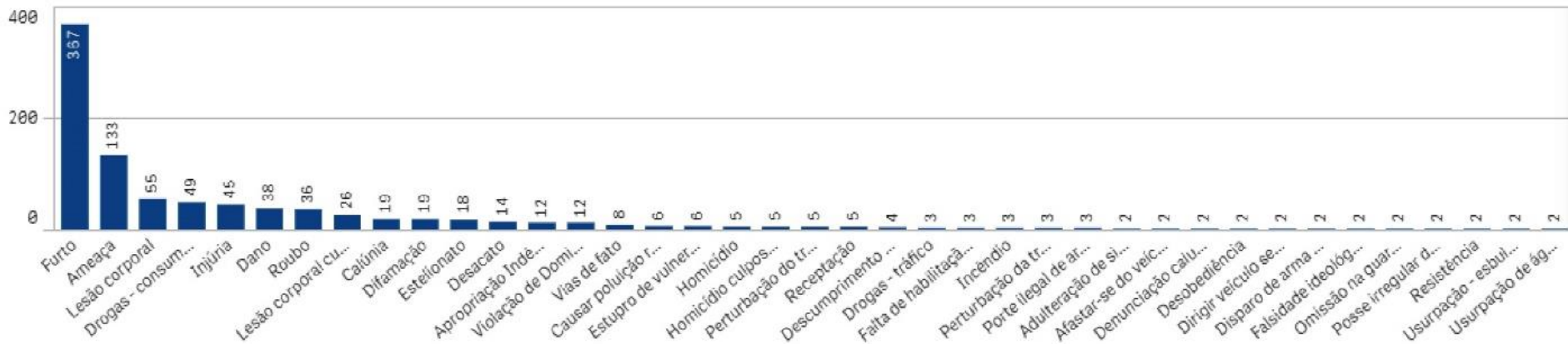
Desses 863 crimes consumados e registradas em 2018, 168 ocorreram no setor Paraisinho e 160 no Centro, regiões de concentração de comércios, lojas, restaurantes e também de maior fluxo de turistas.

Outros dados que merecem atenção são os altos índices de registros de crimes ocorridos na zona rural, setor Novo Horizonte e Distrito de São Jorge.



Fonte: SSP-GO Secretaria de Segurança Pública de Goiás

RANKING DE NATUREZAS



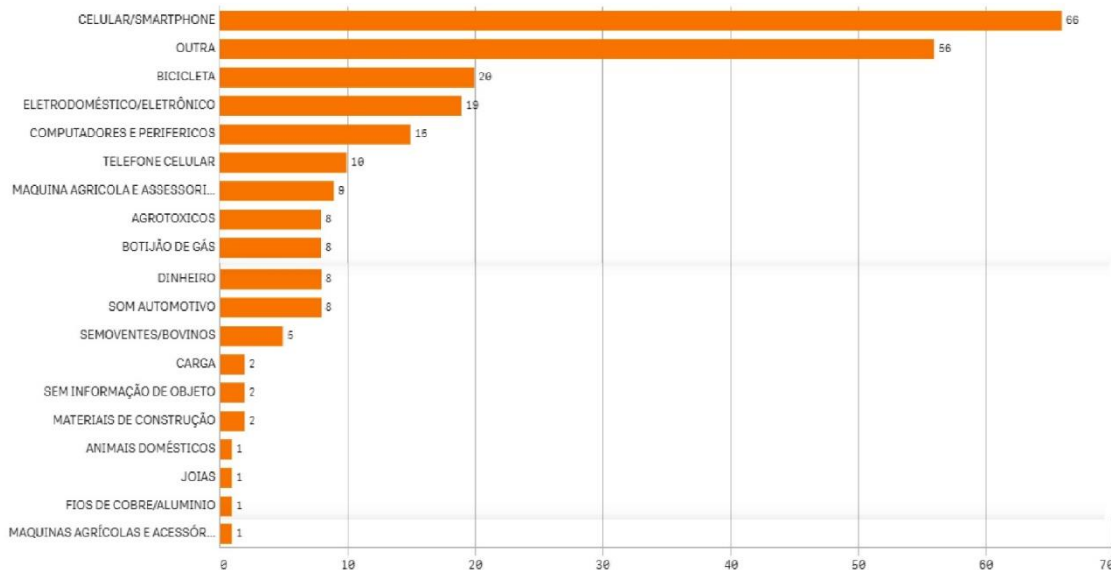
Fonte: SSP-GO Secretaria de Segurança Pública de Goiás



ROUBOS E FURTOS DE OBJETOS

Dos índices de furtos e roubos registrados, 235 casos foram furtos e 7 roubos. Destaca o grande número de furtos de celulares e smartphones 66 registros.

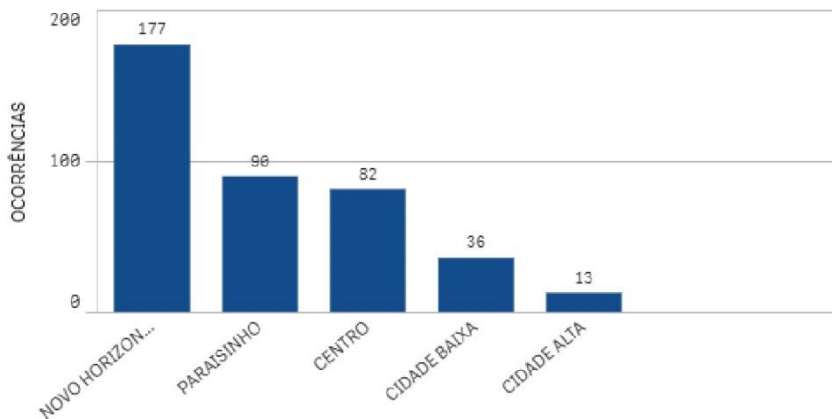
RANKING POR CATEGORIA DE OBJETOS



Fonte: SSP-GO Secretaria de Segurança Pública de Goiás

DROGAS

TOP 20 LOCALIDADES COM MAIS QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS



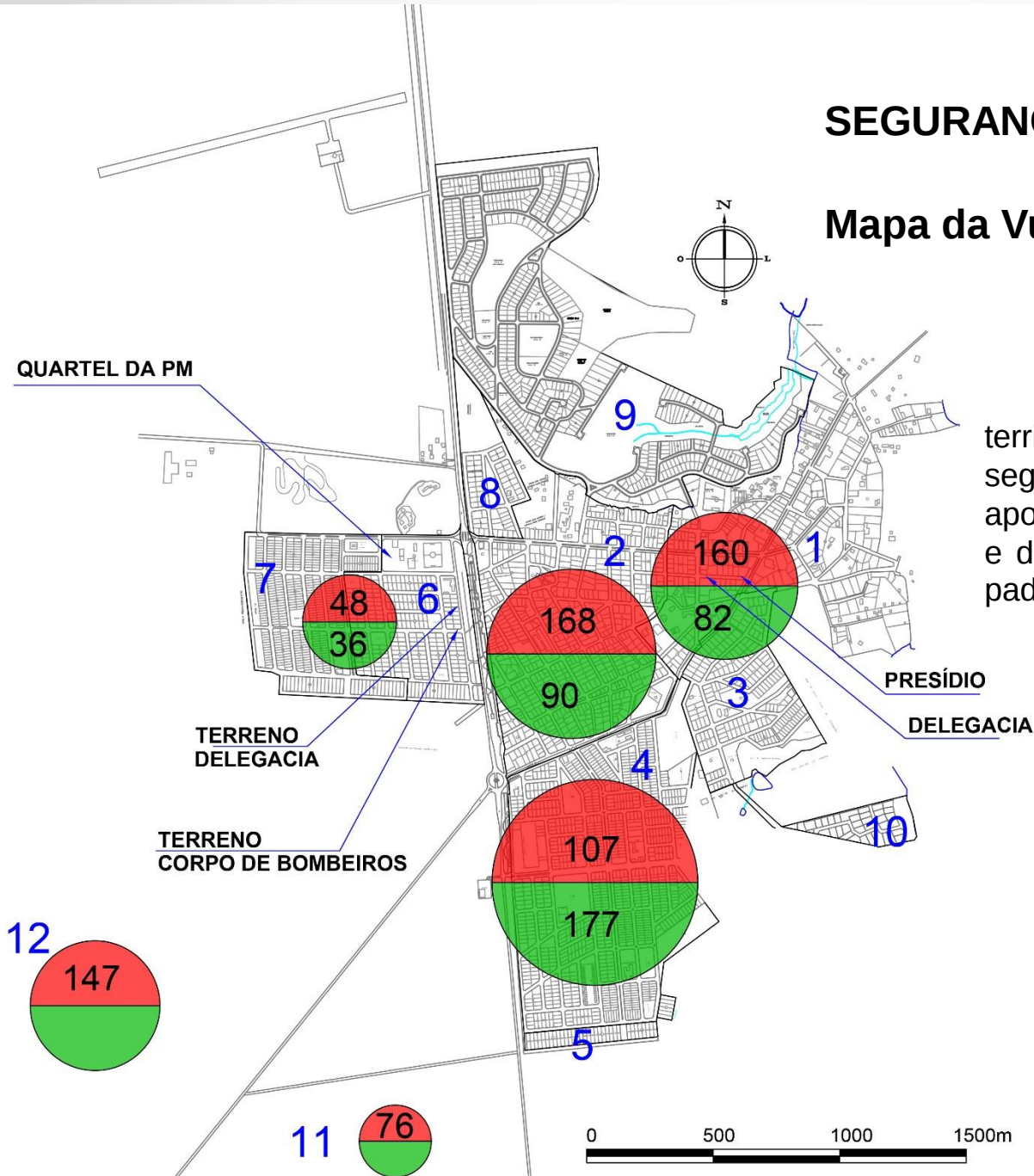
Os índices de ocorrências de apreensões por consumo de drogas oscilam numa média de 11 apreensões por mês.

Os locais de maiores incidências ocorrem no setor Novo Horizonte, Paraisinho e Centro.

Estes números e localidades apontam medidas estratégicas para o combate desses delitos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Mapa da Vulnerabilidade



Esse mapa visualiza os territórios de maior vulnerabilidade da segurança pública do município, apontando áreas estratégicas de ação e de políticas sociais específicas aos padrões de ocorrência registradas.

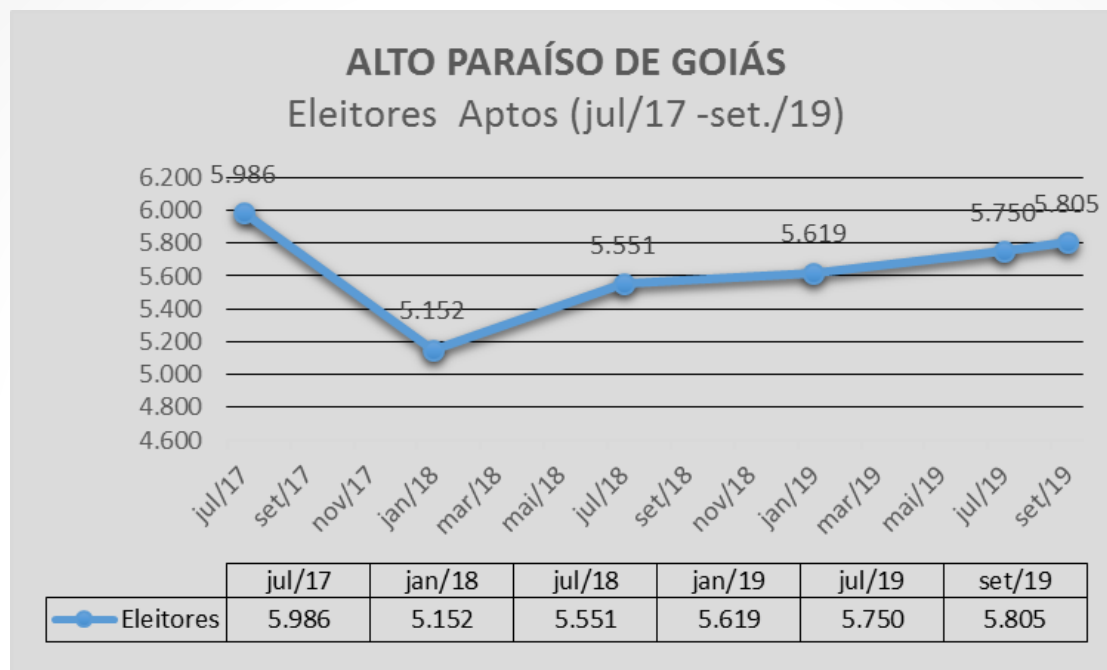
LEGENDA

BAIRROS

- 1- CENTRO
- 2- PARAISINHO
- 3- ESTÂNCIA PARAÍSO
- 4- SETOR NOVO HORIZONTE
- 5- EXPANSÃO NOVO HORIZONTE
- 6- SETOR PLANALTO
- 7- SETOR CIDADE ALTA
- 8- VILA BANDEIRA
- 9- LOTEAMENTO RESIDENCIAL ELDORADO
- 10- COND. VALE AZUL
- 11- ZONA RURAL
- 12- SÃO JORGE

OCORRÊNCIAS

- CRIMES CONSUMADOS
- APRENSÕES DE DROGAS



Fonte: TSE + TRE – (SET/2019).

ELEITORAL			
ELEITORES APTOS A VOTAR	ANO		
	2014	2016	2019
ELEITORES	5.207	5.734	5.805

Fonte: TRE - 2019.

10%

1%.

OBS.: População com mais de 16 anos de idade, com domicílio eleitoral em Alto Paraíso de Goiás e aptas a votar.

TURISMO

EVOLUÇÃO DE VISITAÇÃO ANUAL AO PNCV (2006 A 2018)

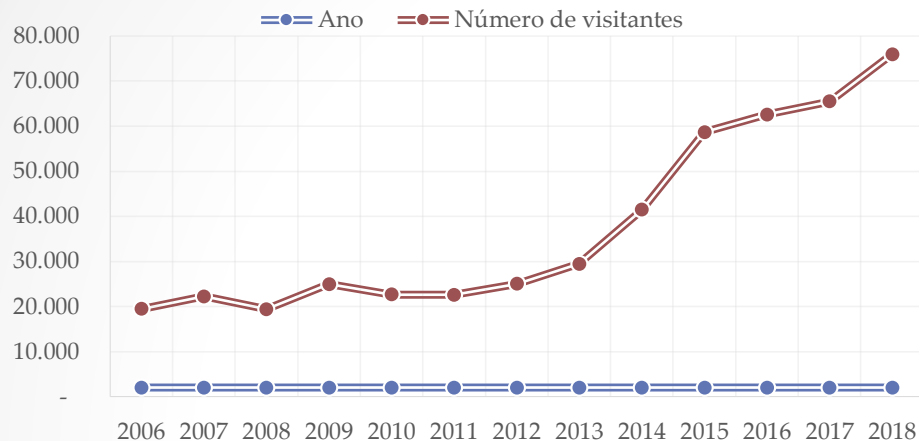


Tabela: Número de visitantes no PNCV 2006-2019

Ano	Número de visitantes	% de variação em relação ao ano anterior
2.006	17.441	sem dados de 2005
2.007	20.233	16%
2.008	17.407	-14%
2.009	22.950	32%
2.010	20.663	-10%
2.011	20.607	0%
2.012	23.014	12%
2.013	27.417	19%
2.014	39.470	44%
2.015	56.630	43%
2.016	60.567	7%
2.017	63.443	5%
2.018	73.931	17%
2.019	56.225,0	até agosto/2019

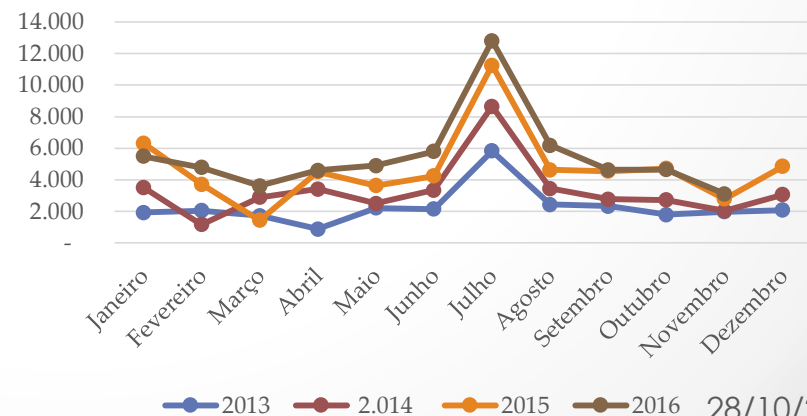
Fonte: PNCV 2019

Tabela: Dados mensais de visitantes no PNCV 2013-2016

	2013	2.014	2015	2016
Janeiro	1.923	3.510	6.327	5.497
Fevereiro	2.034	1.157	3.710	4.778
Março	1.720	2.878	1.434	3.608
Abril	870	3.417	4.510	4.598
Maio	2.214	2.499	3.633	4.890
Junho	2.138	3.340	4.245	5.799
Julho	5.834	8.661	11.256	12.808
Agosto	2.423	3.444	4.626	6.180
Setembro	2.332	2.766	4.540	4.626
Outubro	1.779	2.720	4.719	4.642
Novembro	1.970	2.018	2.779	3.113
Dezembro	2.080	3.060	4.851	
Total	27.317	41.484	58.645	60.539

Fonte: PNCV 2016

Variações de Fluxo de Turistas - PNCV (mês/ano – 2013 a 2016)



ECOTURISMO

Alto Paraíso de Goiás é a principal cidade do complexo turístico da região da Chapada dos Veadeiros. O Ecoturismo é o maior indutor econômico do município por se tratar de um território inserido e envolto de Unidades de Conservação, belas paisagens, cachoeiras, rios de águas cristalinas, formações vegetais diversas, rochas que datam de mais de um bilhão de anos e natureza intocada e detentora do título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido pela UNESCO.

Com o processo de privatização da concessão de gerenciamento e exploração turística do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a entrada de visitantes passou a ser legalmente cobrada. Sendo então o único ponto de visitação a contribuir com impostos municipais.

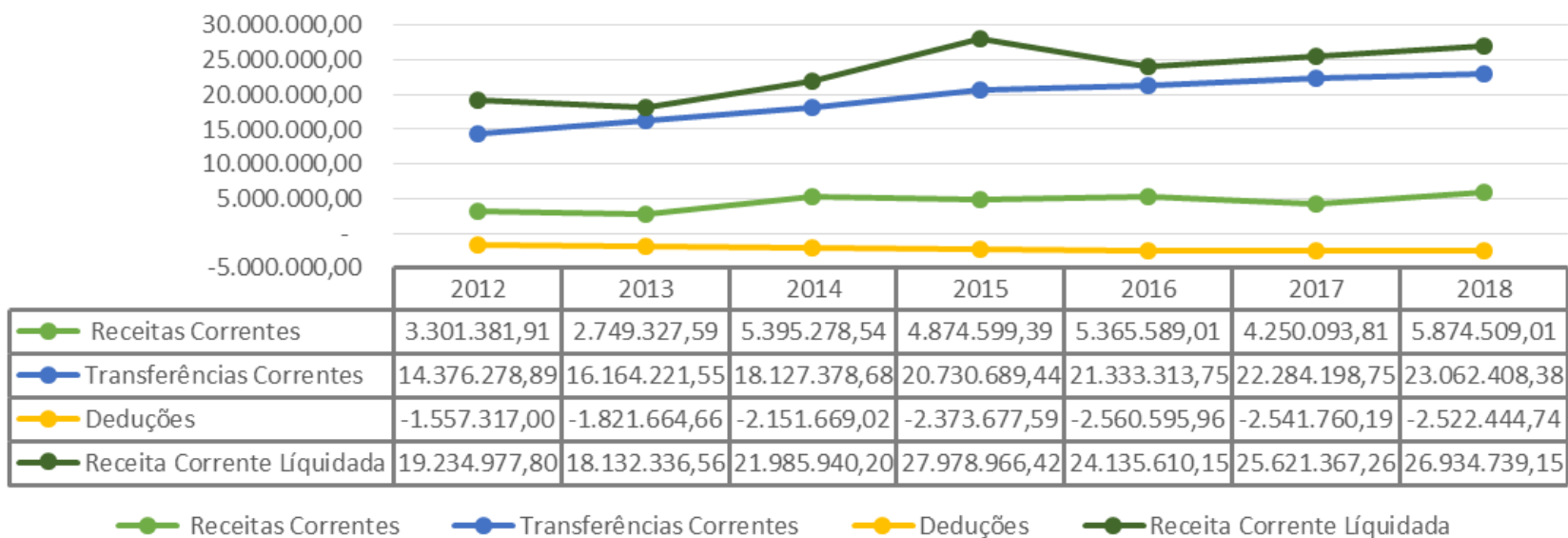
A concessão que iniciou em dezembro de 2018 terá vigência de 20 anos.



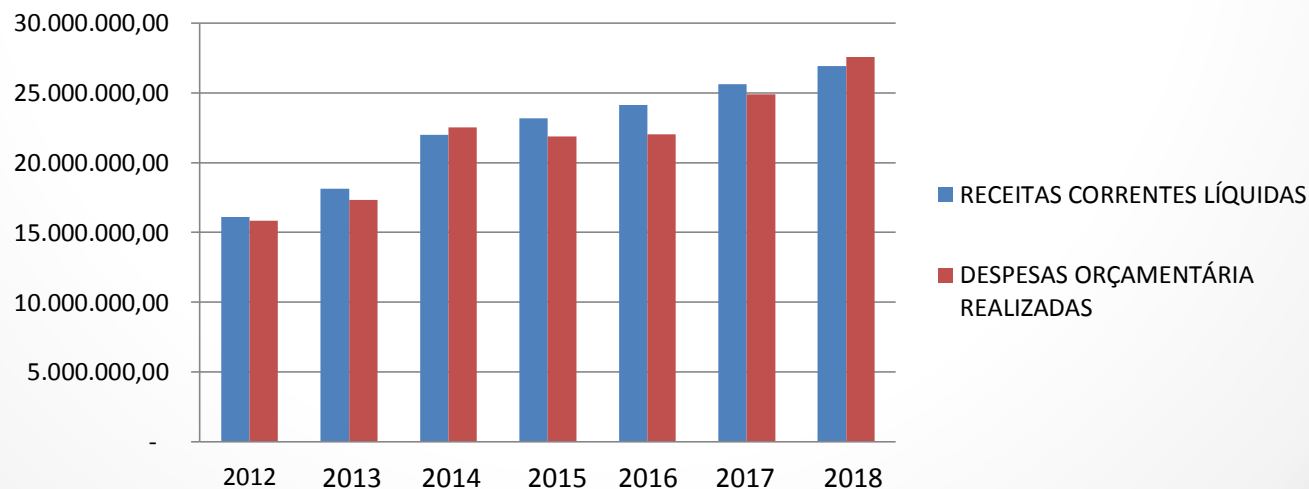


GESTÃO FINANCEIRA – PODER EXECUTIVO

RESUMO DAS RECEITAS CORRENTES (2012-2018)



RECETAS x DESPESAS



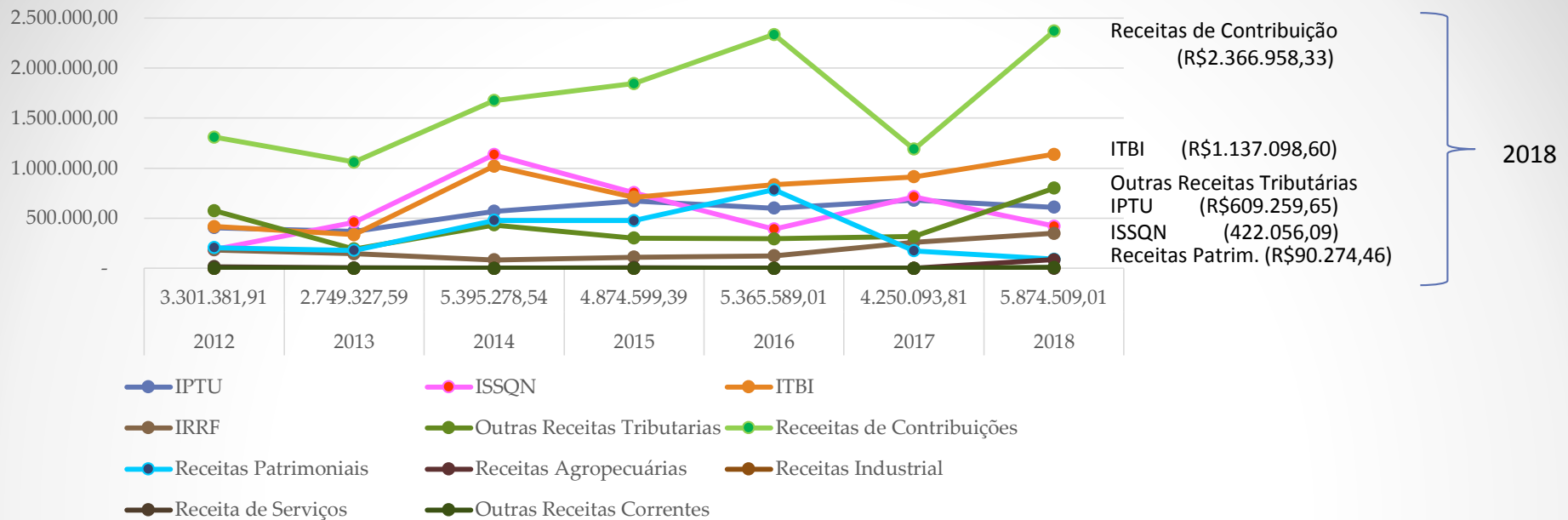
GESTÃO FINANCEIRA - PODER EXECUTIVO

Tabela: Receitas Correntes, Transferências Correntes e Deduções – (2012 – 2018)

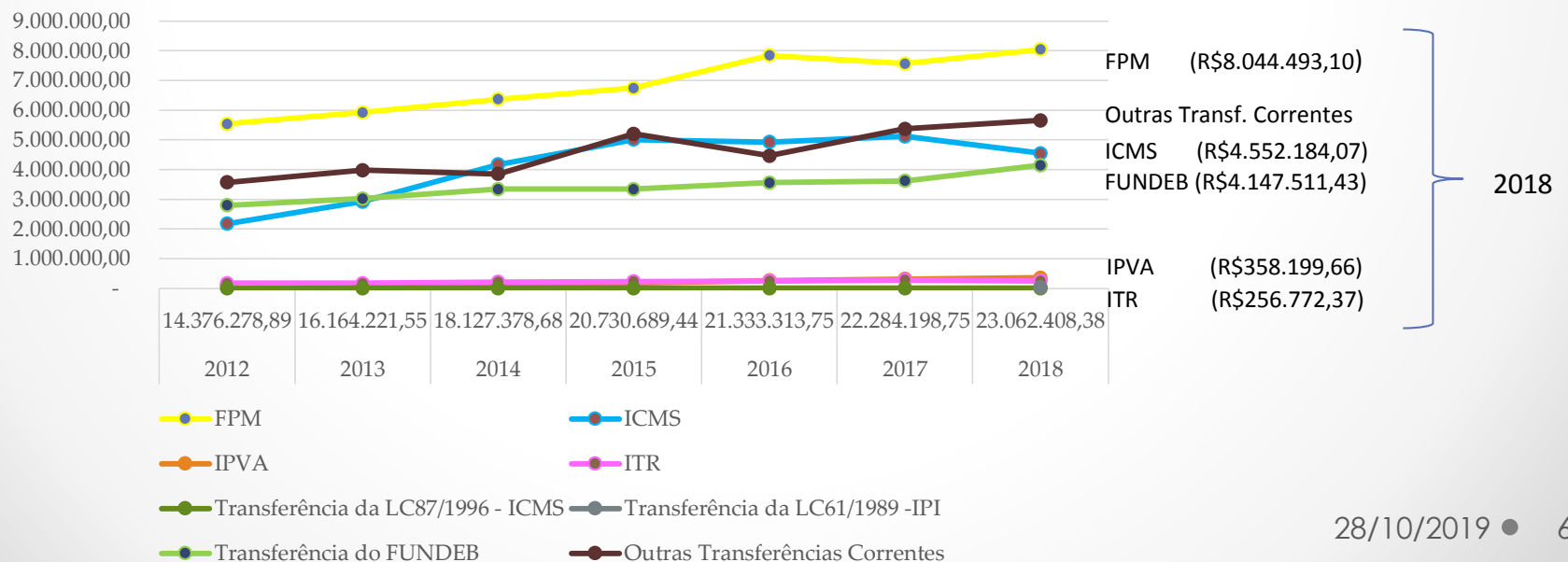
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	17.677.660,80	18.913.549,14	28.917.935,76	25.605.288,83	26.698.902,76	26.534.292,56	28.936.917,39
Receitas de Contribuições	1.309.929,17	1.061.359,17	1.674.306,80	1.843.907,61	2.333.472,91	1.190.077,49	2.366.958,33
ITBI	417.376,77	336.265,77	1.018.968,43	709.568,98	833.089,15	913.016,96	1.137.098,60
Outras Receitas Tributárias	576.118,91	191.871,99	433.659,69	301.143,61	295.832,44	317.424,81	800.367,04
IPTU	405.493,62	367.641,82	569.818,01	672.022,64	600.734,08	679.903,40	609.259,65
ISSQN	184.828,88	460.792,97	1.135.703,65	755.575,63	392.496,09	714.585,91	422.056,09
IRRF	183.426,82	145.169,45	84.646,90	110.263,46	125.484,28	261.580,28	348.220,38
Receitas Patrimoniais	207.083,15	179.999,35	478.175,06	475.794,25	784.480,06	173.504,96	90.274,46
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	87.169,07
Receitas Industrial	-	-	-	-	-	-	3.105,39
Receita de Serviços	16.561,79	5.774,00	-	6.323,21	-	-	-
Outras Receitas Correntes	562,80	453,07	-	-	-	-	10.000,00
Receitas Correntes	3.301.381,91	2.749.327,59	5.395.278,54	4.874.599,39	5.365.589,01	4.250.093,81	5.874.509,01
Transferências Correntes	14.376.278,89	16.164.221,55	18.127.378,68	20.730.689,44	21.333.313,75	22.284.198,75	23.062.408,38
FPM	5.541.358,47	5.924.413,81	6.364.745,94	6.745.871,33	7.843.788,98	7.562.803,06	8.044.493,10
Outras Transferências Correntes	3.566.843,40	3.978.049,26	3.851.671,61	5.203.122,82	4.463.472,16	5.370.000,37	5.655.005,06
ICMS	2.178.839,80	2.927.863,00	4.175.506,32	5.010.728,96	4.931.796,01	5.118.796,08	4.552.184,07
Transferência do FUNDEB	2.801.696,27	3.026.688,24	3.344.789,65	3.346.080,63	3.562.738,32	3.623.102,25	4.147.511,43
IPVA	100.816,35	122.072,49	164.886,02	178.117,54	269.012,60	316.340,19	358.199,66
ITR	181.370,92	178.725,20	217.147,06	236.728,96	253.402,96	285.711,55	256.772,37
Transferência da LC61/1989 - IPI							40.420,01
Transferência da LC87/1996 - ICMS	5.353,68	6.409,55	8.632,08	10.039,20	9.102,72	7.445,25	7.822,68
Deduções	- 1.557.317,00	- 1.821.664,66	- 2.151.669,02	- 2.373.677,59	- 2.560.595,96	- 2.541.760,19	- 2.522.444,74
Receita Corrente Líquida	19.234.977,80	18.132.336,56	21.985.940,20	27.978.966,42	24.135.610,15	25.621.367,26	26.934.739,15

Fonte: João Hélio Neto - Contador CRC 18444 GO (Adaptado pela equipe ARISMAR)

RECEITAS CORRENTES - 2012-2018



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2012-2018



GESTÃO FINANCEIRA – ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em análise aos lançamentos das receitas do Poder Público Municipal, em período de amostragem entre 2012 a 2018, as contas apresentam evolução aparentemente positivas como mostra os gráficos anteriores.

Tipos de Receitas	Média das Receitas 2012 a 2018	Receitas 2018	Evolução das Receitas 2012 X 2018	Evol. Receitas (-) (IPCA acumulado)
Receitas Correntes	4.327.121,27	5.874.509,01	36%	5%
Transferências Correntes	18.842.988,74	23.062.408,38	22%	-9%
Deduções	- 2.041.175,39	- 2.522.444,74	24%	-7%
Receita Corrente Líquida	25.211.285,40	26.934.739,15	7%	-24%

Porém, em análise estatística mais avançada constata-se desempenho negativo (-24%) quando confrontado as receitas obtidas em 2018 à evolução acumulada do IPCA no período de amostragem que demonstrou uma variação de 31,07%.

Receitas Próprias	Receitas 2012	Receitas 2018	Evolução das Receitas 2012 X 2018	Evol. Receitas (-) (IPCA acumulado)
Receitas de Contribuições	1.716.924,16	2.366.958,33	38%	7%
ITBI	547.055,73	1.137.098,60	108%	77%
Outras Receitas Tributárias	755.119,06	800.367,04	6%	-25%
IPTU	531.480,49	609.259,65	15%	-16%
ISSQN	242.255,21	422.056,09	74%	43%
IRRF	240.417,53	348.220,38	45%	14%
Receitas de Transferências	Média das Receitas 2012 a 2018	Receitas 2018	Evolução das Receitas 2012 X 2018	Evol. Receitas (-) (IPCA acumulado)
FPM	7.263.058,55	8.044.493,10	11%	-20%
Outras Transferências Correntes	4.675.061,64	5.655.005,06	21%	-10%
ICMS	2.855.805,33	4.552.184,07	59%	28%
Transferência do FUNDEB	3.672.183,30	4.147.511,43	13%	-18%
IPVA	132.139,99	358.199,66	171%	140%
ITR	237.722,86	256.772,37	8%	-23%

Destaca-se a evolução real negativa (2018) X (IPCA 2012-2018) para as seguintes receitas:

- -16% p/ IPTU;
- -20% p/ FPM;
- -18% p/ FUNDEB

Destaca-se a evolução real positivo (2018) X (IPCA 2012-2018):

- +77% p/ ITBI;
- +43% p/ ISSQN;
- +28% p/ ICMS
- +140% p/ IPVA

Observa-se a necessidade de uma gestão financeira a ser estabelecida a partir de metas mínimas reais de crescimento para suprir as demandas crescentes da população local e de novas obrigações legais.

17 ODS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2015, 150 líderes mundiais reunidos na sede da ONU, assinaram o compromisso de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Essa agenda é formada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deverão ser implementados por todos os países até o ano de 2030.

O município de Alto Paraíso de Goiás se comprometeu a cumprir políticas alinhadas à agenda de desenvolvimento sustentável, conforme Decreto 1541/2016.

Lembrando:

O PAÍS É CONSTRUÍDO A PARTIR DAS AÇÕES DE CADA MUNICÍPIO



17 ODS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

- Criar políticas que proporcione zerar o número de pessoas pobres e extremamente pobres.

REND A PER CAPTA E PERCENTUAL DE POBRES E EXTREMAMENTE POBRES EM ALTO PARAÍSO (1991-2010)

REND A PER CAPTA				% DE EXTREMAMENTE POBRES			% POBRES			
1991(R\$)	2000(R\$)	2010(R\$)	VARIAÇÃO % (1991-2010)	1991	2000	2010	1991	2000	2010	REDUÇÃO % (1991-2010)
253,57	428,31	719,11	183,6	28,84	8,83	5,27	66,6	32,36	17,22	74,10

FONTE:PNUD/Ipea.

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

- Criar políticas que promovam a eliminação da subnutrição;
- Criar políticas que promovam acabar com a fome;
- Criar políticas que promovam reduzir ainda mais os índices de mortalidade infantil;
- Criar políticas que promovam melhorar a renda das famílias que trabalham na zona rural.

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

3

SAÚDE E
BEM-ESTAR



Saúde Infantil

- Ser vigilante a política de prevenção de doenças. (vacinação)

Saúde Materna

- Criar política pública que promova zerar a mortalidade materna quando da gestação ao nascimento do filho.
- Garantir o acompanhamento médico durante toda gestação.
- Garantir assistência médica de qualidade recomendada pelas políticas públicas à saúde da mulher.

HIV/aids

- Assegurar aos infectados terapias antirretroviral.
- Criar política que promova zerar novos casos de infecção por HIV.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

- Garantir oferta de matrícula a toda demanda existente na educação básica;
- Criar mecanismos para zerar a evasão escolar;
- Zerar a taxa de analfabetismo na faixa de (15 a 24 anos).

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

- Garantir maior participação da mulher em espaços de liderança e na política;

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

- Garantir a todos os habitantes o acesso a água potável;
- Priorizar o uso da água ao abastecimento humano;
- Prevenir ocorrências de enchentes.



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

- Garantir acesso de todas as pessoas a energia elétrica e assegurando qualidade do produto ofertado;
- Priorizar o uso de energia limpa e renovável

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.



- Promover a redução dos índices de desempregados, principalmente para mulheres e homens jovens;
- Incentivar a economia local na promoção e geração de novos empregos.
- Promover sistemas de capacitação profissional conforme demanda de mercado.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.



- Garantir acesso à eletricidade;
- Garantir acesso ao saneamento básico;
- Garantir acesso à telefonia de qualidade;
- Investir em infraestrutura para melhoria da produtividade local.
- Incentivar a industrialização manufatureira.

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



- Promover políticas públicas que venham reduzir as desigualdades de renda regional e localmente;
- Ampliar redes de proteção social, principalmente às pessoas com algum tipo de deficiência;
- Criar mecanismos ou estruturas de acompanhamento e amparo às mulheres gestantes das áreas rurais.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



- Promover políticas que venham reduzir o índice de habitações subnormais;
- Promover políticas de acesso à terra;
- Promover políticas de eficiência energética da cidade, por meio da produção do consumo e adoção de sistemas energéticos verdes.



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

- Criar campanhas para que todos passem a adquirir equipamentos de menor consumo de energia;
- Reduzir o desperdício de alimentos.



Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*).

- Promover a redução de emissão de dióxido de carbono na atmosfera;
- Reduzir o uso de combustíveis fósseis e a redução do desmatamento do solo.



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

- Criar política de proteção de áreas de relevância da flora e fauna local;
- Combater a degradação do solo natural ou desnudado para a atividade agropecuária;
- Otimização do uso da terra agrícola;
- Criar políticas e mecanismos de preservação da flora e da fauna local.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

- Combate à corrupção, suborno, roubo e evasão de impostos



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

- Garantir o acesso de todos os cidadãos ao sinal de internet;
- Manter as contas públicas saldáveis.

